



Diário Oficial do EXECUTIVO

Prefeitura Municipal de Amargosa - BA

Quarta-feira • 07 de abril de 2021 • Ano IV • Edição Nº 3502

SUMÁRIO



QR CODE

GP - GABINETE DO PREFEITO	2
INSTRUMENTO DE GESTÃO FISCAL	2
(RGF) RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL (3º QUADRIMESTRE/2020) *	2
(RREO) RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (6º BIMESTRE/2020) *	9
SEMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO	30
LICITAÇÕES E CONTRATOS	30
EXTRATO (CONTRATO Nº 009/2021)	30
EXTRATO (CONTRATO Nº 010/2021)	31
EXTRATO (CONTRATO Nº 011/2021)	32
EXTRATO (TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 030/2021)	33
SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	34
ATOS OFICIAIS	34
PORTARIA (Nº 001/2021)	34
LICITAÇÕES E CONTRATOS	37
RESULTADO DE HABILITAÇÃO (CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021)	37
SEMOP - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E PLANEJAMENTO	40
LICITAÇÕES E CONTRATOS	40
RETIFICAÇÃO EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021) *	40
SESAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	79
LICITAÇÕES E CONTRATOS	79
EXTRATO (CONTRATO Nº 032/2021)	79
EXTRATO (CONTRATO Nº 034/2021)	80

NOTA: As matérias que possuem um asterisco (*) em sua descrição, indicam REPUBLICAÇÃO.

CONFIABILIDADE

PONTUALIDADE

CREDIBILIDADE



IMPrensa
OFICIAL
MAIS TRANSPARÊNCIA PARA TODOS



GESTOR: JÚLIO PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR

<http://pmamargosaba.imprensaoficial.org/>

ÓRGÃO/SETOR: GP - GABINETE DO PREFEITO
CATEGORIA: INSTRUMENTO DE GESTÃO FISCAL
(RGF) RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL (3º QUADRIMESTRE/2020) *

MUNICÍPIO DE AMARGOSA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 3º QUADRIMESTRE DE 2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1.00

DESPESA COM PESSOAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM
														RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.296.953,81	2.582.033,81	3.084.363,72	2.805.330,32	3.038.874,76	3.561.305,54	2.902.597,10	3.100.519,32	3.006.027,53	3.251.302,81	3.140.604,23	6.778.029,41	39.547.942,36	0,00
Pessoal Ativo	2.296.953,81	2.556.110,39	2.797.300,15	2.560.263,27	2.759.062,19	3.227.899,35	2.572.275,84	2.780.051,83	2.621.709,42	2.706.259,12	2.815.764,93	6.453.279,57	36.146.929,87	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	2.296.953,81	2.388.611,79	2.495.218,49	2.318.449,83	2.517.438,11	2.978.789,50	2.360.362,74	2.535.648,47	2.399.268,89	2.271.372,79	2.385.074,57	5.397.406,07	32.344.595,06	
Obrigações Patronais	0,00	167.498,60	302.081,66	241.813,44	241.624,08	249.109,85	211.913,10	244.403,36	222.440,53	434.886,33	430.690,36	1.055.873,50	3.802.334,81	
Benefícios Previdenciários													0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas													0,00	
Pensões													0,00	
Outros Benefícios Previdenciários													0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	25.923,42	287.063,57	245.067,05	279.812,57	333.406,19	330.321,26	320.467,49	384.318,11	545.043,69	324.839,30	324.749,84	3.401.012,49	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	606.916,97	328.958,05	252.296,40	108.564,65	191.236,91	113.020,30	100.681,32	328.930,66	215.523,32	336.116,88	232.199,53	2.127.344,12	4.941.789,11	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	320.131,01	233.695,07	233.556,14	104.835,74	191.236,91	80.322,64	100.681,32	328.930,66	215.523,32	322.804,95	222.146,68	2.095.112,04	4.448.976,48	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.311,93	10.052,85	32.232,08	55.596,86	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	286.785,96	95.262,98	18.740,26	3.728,91	0,00	32.697,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	437.215,77	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.690.036,84	2.253.075,76	2.832.067,32	2.696.765,67	2.847.637,85	3.448.285,24	2.801.915,78	2.771.588,66	2.790.504,21	2.915.185,93	2.908.404,70	4.650.685,29	34.606.153,25	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														41,23%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)														85.233.747,56
(3) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)														1.300.000,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)														83.933.747,56
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)														34.606.153,25
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)														54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)														51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)														48,60
FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: Sefaz Emissão: 28/01/2021, às 17:39:01.														

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
NOTA: Nos valores das despesas de pessoal não estão computados os gastos custeados com recursos federais, transferidos ao município, relativos aos Programas: "Saúde da Família - SF", "Saúde Bucal - SB", "SAMU", "CAPS", "Blocos de Financiamento: Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, bem como "Assistência Social" e "Atenção Psicossocial". A exclusão de tais valores tem fundamento na Instrução nº 03/2018, editada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia"

MUNICÍPIO DE AMARGOSA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 3º QUADRIMESTRE DE 2020

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I)

RS 1,00

DEPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE SANTO ANTONIO DE JESUS E CRUZ DAS ALMAS RECONVALE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	TOTAL
		(a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	(c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	214.932,66	171.863,65	61.467,71	233.331,36
Pessoal Ativo	214.932,66	171.863,65	61.467,71	233.331,36
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	214.932,66	171.863,65	61.467,71	233.331,36

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: Sefaz Emissão: 28/01/2021, às 17:39:01.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

MUNICÍPIO DE AMARGOSA - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 3º QUADRIMESTRE DE 2020

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	54.037.996,78	53.792.958,62	53.653.444,20	59.960.955,29
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual				
Empréstimos				
Internos				
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
Financiamentos	1.322.379,61	1.322.379,61	1.261.359,53	2.651.386,96
Internos	1.322.379,61	1.322.379,61	1.261.359,53	2.651.386,96
Externos				
Parcelamento e Renegociação de dívidas	52.701.652,48	52.456.614,32	52.378.119,98	56.060.844,45
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias	52.616.254,32	52.387.272,36	52.378.119,98	56.060.844,45
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não financeira	85.398,16	69.341,96	-	-
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	13.964,69	13.964,69	13.964,69	1.248.723,88
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	4.549.622,54	11.992.375,94	13.943.494,90	6.481.861,15
Disponibilidade de Caixa ¹	3.934.353,54	11.263.775,94	13.074.657,43	6.463.514,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.431.527,74	11.516.278,51	13.278.535,49	11.586.146,60
(-) Restos a Pagar Processados	3.497.174,20	252.502,57	203.878,06	5.122.631,92
Demais Haveres Financeiros	615.269,00	728.600,00	868.837,47	18.346,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	49.488.374,24	41.800.582,68	39.709.949,30	53.479.094,14
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	73.138.358,91	79.141.756,72	81.779.787,10	83.933.747,56
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	73,88	67,97	65,61	71,44
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	67,66	52,82	48,56	63,72
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	87.766.030,69	94.970.108,06	98.135.744,52	100.720.497,07
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%	78.989.427,62	85.473.097,26	88.322.170,07	90.648.447,36
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²				
PASSIVO ATUARIAL				
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA				
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA				
RP NÃO-PROCESSADOS				
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP				
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015				

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: Sefaz Emissão: 28/01/2021, às 17:39:01.

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOTA:

MUNICÍPIO DE AMARGOSA - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 3º QUADRIMESTRE DE 2020

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	73.138.358,91	79.141.756,72	81.779.787,10	83.933.747,56
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	16.090.438,96	17.411.186,48	17.991.553,16	18.465.424,46
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	14.481.395,06	15.670.067,83	16.192.397,85	16.618.882,02
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)				
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: Sistema Contabilis, Unidade Responsável: Sefaz Emissão: 28/01/2021, às 17:39:01.

NOTA:

MUNICÍPIO DE AMARGOSA - ESTADO DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 3º QUADRIMESTRE DE 2020

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	935.878,91	1.468.674,24
Interna	935.878,91	1.468.674,24
Empréstimos	935.878,91	1.468.674,24
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (I)		
Externa	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 ¹ (II)		
TOTAL (III)	935.878,91	1.468.674,24
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	83.933.747,56	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - IIa - IIb)	1.468.674,24	1,75%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	13.429.399,61	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <= %	12.086.459,65	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.875.362,33	7,00%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA		
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: Sefaz Emissão: 28/01/2021, às 17:39:01.

1 Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:

MUNICÍPIO DE AMARGOSA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 3º QUADRIMESTRE DE 2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹ (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	8.181.074,67	66.029,49	3.429.963,51	-	217.014,96	-	4.468.066,71	1.573.359,33	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	628.922,66	-	46.496,04	-	-	-	582.426,62	210.057,71	
Transferências do FUNDEB 60%	1.879.962,33	-	1.500.000,00	-	-	-	379.962,33	-	
Transferências do FUNDEB 40%	1.253.308,22	33.180,76	19.267,20	-	-	-	1.200.860,26	1.253.990,82	
Outros Recursos Destinados à Educação	1.216.542,44	-	50,00	-	-	-	1.216.492,44	-	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	641.732,10	23.266,48	988.389,63	-	-	-	(369.924,01)	100.266,98	
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.423.108,04	9.327,25	511.063,43	-	190.665,32	-	712.052,04	8.948,81	
Recursos Destinados à Assistência Social	324.389,19	255,00	15.579,45	-	26.349,64	-	282.205,10	95,01	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	46.561,42	-	-	-	-	-	46.561,42	-	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	1.172,70	-	-	-	-	-	1.172,70	-	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	765.375,57	-	349.117,76	-	-	-	416.257,81	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.405.071,93	95.778,31	1.530.900,61	-	114.670,13	-	1.893.063,14	9.169,45	
Recursos Ordinários	3.405.071,93	95.778,31	1.530.900,61	-	114.670,13	-	1.893.063,14	9.169,45	
Outros Recursos não Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I + II)	11.586.146,60	161.807,80	4.960.864,12	-	102.344,83	-	6.361.129,85	1.582.528,78	-

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: Sefaz Emissão: 28/01/2021, às 17:39:01.

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

MUNICÍPIO DE AMARGOSA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 3º QUADRIMESTRE DE 2020

LRF, art. 48 - Anexo 6 R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		R\$ 85.233.747,56
Receita Corrente Líquida Ajustada		R\$ 83.933.747,56
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	34.606.153,25	41,23
Límite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54%	45.324.223,68	54,00
Límite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 95%	43.058.012,50	51,30
Límite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	40.791.801,31	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	41.800.582,68	49,80
Límite Definido por Resolução do Senado Federal	100.720.497,07	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	-
Límite Definido por Resolução do Senado Federal	18.465.424,46	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	1.468.674,24	1,75
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	13.429.399,61	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00
Límite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.875.362,33	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.582.528,78	6.361.129,85

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: Sefaz Emissão: 28/01/2021, às 17:39:01.

(RREO) RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (6º BIMESTRE/2020) *

MUNICÍPIO DE AMARGOSA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 e BIMESTRE DE 2020											
RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)											
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)		RECEITAS REALIZADAS		%	SALDO	Em Reais		
			(b/a)	(b/c)	(c)	(c/a)			(c/a)	(c/a)	(c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.929.490,00	82.929.490,00	16.696.985,90	20,13	90.896.278,70	109,61	109,61	7.966.788,70			
RECEITAS CORRENTES	73.024.490,00	73.024.490,00	15.591.926,43	21,35	85.386.635,29	116,93	116,93	12.462.145,29			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.712.234,00	5.712.234,00	1.433.744,94	25,10	5.374.076,57	97,58	97,58	138.157,43			
Impostos	4.603.000,00	4.603.000,00	1.223.734,22	26,59	4.819.928,51	104,71	104,71	216.928,51			
Taxas	1.109.234,00	1.109.234,00	210.010,72	18,93	754.148,06	67,99	67,99	355.085,94			
CONTRIBUIÇÕES	1.495.000,00	1.495.000,00	395.555,63	26,46	1.463.633,37	97,90	97,90	31.366,63			
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.495.000,00	1.495.000,00	395.555,63	26,46	1.463.633,37	97,90	97,90	31.366,63			
RECEITA PATRIMONIAL	147.000,00	147.000,00	12.388,23	8,43	3.248.706,90	2.210,00	2.210,00	3.101.706,90			
Valores Mobiliários	147.000,00	147.000,00	12.388,23	8,43	83.706,90	56,94	56,94	63.293,10			
Cessão de Direitos	-	-	-	-	3.165.000,00	0,00	0,00	3.165.000,00			
RECEITA DE SERVIÇOS	689.650,00	689.650,00	346.970,01	50,31	967.277,70	140,26	140,26	277.627,70			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	33.650,00	33.650,00	246.970,01	733,94	313.935,01	932,94	932,94	280.285,01			
Serviços e Atividades referentes à Saúde	656.000,00	656.000,00	100.000,00	15,24	653.342,69	99,59	99,59	2.657,31			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	64.823.696,00	64.823.696,00	13.403.267,62	20,68	74.091.273,97	114,30	114,30	9.267.667,97			
Transferências da União e de suas Entidades	43.776.039,00	43.776.039,00	8.586.364,77	19,61	52.148.816,83	119,13	119,13	8.372.777,83			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.688.567,00	6.688.567,00	1.320.676,58	19,75	6.166.669,16	92,20	92,20	521.897,84			
Transferências de Instituições Privadas	220.000,00	220.000,00	-	0,00	79.975,67	36,35	36,35	140.024,33			
Transferências de Outras Instituições Públicas	14.139.000,00	14.139.000,00	-	0,00	15.695.812,51	111,01	111,01	1.556.812,51			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	157.000,00	157.000,00	-	0,00	41.666,78	26,54	26,54	115.333,22			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	17.000,00	17.000,00	-	0,00	7.529,82	44,29	44,29	9.470,18			
Indenizações, Resoluções e Ressarcimentos	100.000,00	100.000,00	-	0,00	34.136,96	34,14	34,14	65.863,04			
Demais Receitas Correntes	40.000,00	40.000,00	-	0,00	-	0,00	0,00	40.000,00			
RECEITAS DE CAPITAL	9.905.000,00	9.905.000,00	1.105.059,47	11,16	5.509.643,41	55,62	55,62	4.395.356,59			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.400.000,00	2.400.000,00	321.918,39	13,41	1.468.665,48	61,19	61,19	931.334,52			
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.400.000,00	2.400.000,00	321.918,39	13,41	1.468.665,48	61,19	61,19	931.334,52			
ALIEÇÃO DE BENS	-	-	-	0,00	63.950,00	0,00	0,00	63.950,00			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	0,00	63.950,00	0,00	0,00	63.950,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.505.000,00	7.505.000,00	783.141,08	10,43	3.977.027,93	52,99	52,99	3.527.972,07			
Transferências da União e de suas Entidades	7.505.000,00	7.505.000,00	783.141,08	10,43	3.536.250,05	47,12	47,12	3.968.749,95			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	0,00	440.777,88	0,00	0,00	440.777,88			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	0,00	-	0,00	0,00	-			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	82.929.490,00	82.929.490,00	16.696.985,90	20,13	90.896.278,70	109,61	109,61	7.966.788,70			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-			
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-			
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	82.929.490,00	82.929.490,00	16.696.985,90	20,13	90.896.278,70	109,61	109,61	7.966.788,70			
DEFEIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL COM DEFEIT (VII) = (V + VI)	82.929.490,00	82.929.490,00	16.696.985,90	20,13	90.896.278,70	109,61	109,61	7.966.788,70			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	335.651,15	-	-	-	-	335.651,15			
Recursos Arrecadados com Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	335.651,15	-	-	-	-	335.651,15			
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-			

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre (f)	Até o Bimestre (g)		No Bimestre (h)	Até o Bimestre (i)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	82.929.490,00	101.148.947,47	8.990.243,88	89.095.654,43	12.053.293,04	23.332.018,72	87.513.125,65	13.635.821,82	82.553.161,53	1.582.528,78
DESPESAS CORRENTES	69.698.855,55	81.260.318,02	6.046.973,78	74.356.869,90	6.903.448,12	18.455.301,38	73.978.098,43	7.282.219,59	69.699.354,82	378.771,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.188.090,68	44.940.763,19	3.644.419,42	43.599.972,66	1.380.790,53	11.136.792,97	43.599.972,66	1.380.790,53	41.850.859,70	-
JORNAL E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	137.618,59	17.907,53	17.610,52	8.097	27.607,04	137.610,52	6.353.602,23	127.610,52	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.490.764,87	36.181.936,24	2.384.646,83	30.659.286,72	5.522.649,52	7.291.509,50	30.280.515,25	5.901.420,99	27.710.884,60	378.771,47
DESPESAS DE CAPITAL	12.865.512,00	18.774.318,92	2.676.299,90	14.738.784,53	5.149.844,92	4.876.717,34	13.535.027,32	6.353.602,23	12.853.806,71	1.203.757,31
INVESTIMENTOS	11.865.512,00	18.774.318,92	2.528.573,57	13.645.581,04	5.128.737,88	4.252.947,55	12.441.823,73	6.332.495,19	11.760.603,22	1.203.757,31
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.000.000,00	1.114.310,53	471.843,67	1.093.203,49	21.107,04	623.769,79	1.093.203,49	21.107,04	1.093.203,49	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	365.122,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	82.929.490,00	101.148.947,47	8.990.243,88	89.095.654,43	12.053.293,04	23.332.018,72	87.513.125,65	13.635.821,82	82.553.161,53	1.582.528,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	82.929.490,00	101.148.947,47	8.990.243,88	89.095.654,43	12.053.293,04	23.332.018,72	87.513.125,65	13.635.821,82	82.553.161,53	1.582.528,78
DEFEIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DEFEIT (XIV) = (XII + XIII)	82.929.490,00	101.148.947,47	8.990.243,88	89.095.654,43	12.053.293,04	23.332.018,72	87.513.125,65	13.635.821,82	82.553.161,53	1.582.528,78
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Contábil, Unidade Responsável: SEAF. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/DEPARTAMENTO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 6º BIMESTRE DE 2020

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (e) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre	%		No Bimestre	Até o Bimestre	%		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	82.929.490,00	101.148.847,47	8.990.243,88	89.095.644,43	100,00	12.853.293,04	23.332.018,72	87.513.125,65	100,00	13.635.821,82	1.582.528,78
LEGISLATIVA	3.400.000,00	3.400.000,00	5.990.243,88	3.033.864,59	3,41	366.135,41	742.634,40	3.032.964,59	3,47	367.035,41	900,00
Ação Legislativa	3.400.000,00	3.400.000,00	18.715,69	3.033.864,59	3,41	366.135,41	742.634,40	3.032.964,59	3,47	367.035,41	900,00
JUDICIÁRIA	300.000,00	300.000,00	26.354,41	597.908,88	0,63	36.031,18	141.606,75	553.847,88	0,63	39.892,18	3.861,00
Demais Subfunções	300.000,00	300.000,00	26.354,41	597.908,88	0,63	36.031,18	141.606,75	553.847,88	0,63	39.892,18	3.861,00
ADMINISTRAÇÃO	5.039.117,00	6.499.568,68	12.035,16	6.044.168,79	6,78	455.399,89	1.423.547,91	6.044.006,25	6,91	455.562,43	162,54
Administração Geral	5.039.117,00	6.499.568,68	12.035,16	6.044.168,79	6,78	455.399,89	1.423.547,91	6.044.006,25	6,91	455.562,43	162,54
SEGURANÇA PÚBLICA	1.483.700,00	2.009.524,16	10.920,26	1.796.776,65	2,02	212.477,51	374.253,14	1.795.599,91	2,05	213.924,25	1.176,74
Policimento	1.443.700,00	2.009.524,16	10.920,26	1.796.776,65	2,02	212.477,51	374.253,14	1.795.599,91	2,05	213.924,25	1.176,74
Defesa Civil	40.000,00	1.305,00	1.305,00	1.305,00	0,00	149,00	1.156,00	1.156,00	0,00	149,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.908.982,00	2.924.562,14	292.664,77	2.224.979,97	2,50	301.583,07	551.607,23	2.224.709,94	2,54	301.772,28	189,13
Assistência à Criança e ao Adolescente	253.340,00	268.788,33	4.149,77	236.642,89	0,26	32.745,44	56.687,75	235.944,77	0,27	32.839,56	94,12
Assistência Comunitária	1.267.285,00	1.621.813,59	184.616,15	1.392.506,94	1,56	129.206,65	329.141,41	1.392.411,93	1,59	229.401,66	95,01
Administração Geral	466.360,00	635.960,32	103.852,83	596.429,24	0,67	39.520,98	165.778,17	596.429,24	0,68	39.520,98	0,00
SAÚDE	19.759.474,00	29.367.541,59	3.200.810,50	28.262.732,46	31,72	1.104.809,13	7.854.764,11	28.153.516,67	32,17	1.214.024,92	109.215,79
Atenção Básica	612.240,00	753.781,25	763.172,15	7.106.164,27	7,98	428.617,00	1.614.342,70	7.106.164,27	8,12	428.617,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.470.325,28	14.435.157,91	1.278.372,91	14.075.788,72	15,80	359.369,19	4.153.695,80	13.972.188,36	15,97	462.969,55	103.600,36
Supporte Profilático e Terapêutico	400.000,00	508.672,43	53.593,83	420.405,91	0,47	88.266,52	140.607,86	420.405,91	0,48	88.266,52	0,00
Vigilância Sanitária	313.640,00	651.283,48	136.609,09	605.138,15	0,68	46.145,31	101.053,07	605.138,15	0,69	46.145,31	0,00
Vigilância Epidemiológica	364.320,00	640.202,10	45.059,42	619.476,58	0,70	20.725,52	103.472,26	618.090,58	0,71	22.111,52	1.386,00
Administração Geral	2.095.948,72	2.597.444,30	924.143,10	5.435.758,73	6,10	161.685,87	1.681.592,42	5.435.758,73	6,21	163.931,00	4.229,43
EDUCAÇÃO	25.124.473,00	28.759.846,42	3.301.368,70	27.572.481,56	30,95	1.187.444,86	6.922.108,27	26.108.333,03	29,83	2.651.493,39	1.464.048,53
Educação Fundamental	14.314.048,00	17.465.769,27	1.801.110,62	16.973.679,75	19,05	492.089,62	4.365.816,55	15.945.253,67	18,22	1.520.513,70	1.028.426,08
Educação Superior	165.000,00	165.000,00	1.256,59	1.774,79	0,00	55.513,21	0,00	1.774,79	0,00	55.513,21	0,00
Educação Infantil	6.593.735,00	7.599.458,77	1.437.337,31	7.341.735,81	8,24	257.722,96	1.890.075,41	6.928.034,11	7,92	671.424,66	413.701,70
Educação de Jovens e Adultos	731.000,00	514.014,76	0,00	460.379,09	0,52	53.635,67	0,00	460.379,09	0,53	53.635,67	0,00
Educação Especial	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração Geral	1.787.360,00	2.218.824,02	185.288,07	2.144.344,97	2,41	74.079,05	516.606,57	2.123.824,22	2,43	95.999,80	0,00
Demais Subfunções	1.429.330,00	924.491,50	9.387,00	650.087,15	0,73	274.404,35	9.387,00	650.087,15	0,74	274.404,35	21.920,75
CULTURA	2.971.790,00	445.333,69	292.334,32	343.943,38	0,39	101.390,31	296.550,00	343.943,38	0,39	101.390,31	-
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	42.200,00	296.266,98	293.700,00	293.700,00	0,33	2.586,08	293.700,00	293.700,00	0,34	2.586,98	0,00
Difusão Cultural	2.929.590,00	149.046,71	1.365,68	50.243,38	0,06	98.803,33	2.850,00	50.243,38	0,06	98.803,33	0,00
URBANISMO	15.326.880,55	20.272.782,76	4.441.511,43	14.642.973,24	16,44	5.629.809,22	3.913.203,39	11.640.356,62	16,73	5.622.428,14	2.618,92
Infra-Estrutura Urbana	6.419.788,55	6.956.575,94	9.929.768,78	3.993.232,54	4,48	2.963.343,40	1.103.241,06	3.993.232,54	4,56	2.963.343,40	0,00
Serviços Urbanos	4.035.000,00	6.764.069,19	0,00	4.322.609,19	4,85	2.442.000,00	1.100.000,01	4.322.609,19	4,94	2.442.000,00	0,00
Demais Subfunções	60.000,00	53.930,09	6.527.671,61	6.327.671,61	7,10	224.465,82	1.709.962,32	6.327.671,61	7,23	227.088,74	2.618,92
HABITAÇÃO	60.000,00	53.930,09	6.527.671,61	6.327.671,61	7,10	224.465,82	1.709.962,32	6.327.671,61	7,23	227.088,74	2.618,92
Demais Subfunções	60.000,00	53.930,09	6.527.671,61	6.327.671,61	7,10	224.465,82	1.709.962,32	6.327.671,61	7,23	227.088,74	2.618,92
SANEAMENTO	2.350.000,00	2.197.134,51	-1.380.750,00	360.444,46	0,40	1.837.090,05	47.246,60	360.444,46	0,41	1.837.090,05	-
Saneamento Básico Rural	750.000,00	744.973,51	-624.054,34	111.799,77	0,13	633.173,74	0,00	111.799,77	0,13	633.173,74	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.500.000,00	1.452.161,00	-756.695,66	728.244,69	0,28	1.203.916,31	47.246,60	248.244,69	0,28	1.203.916,31	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	140.000,00	986.132,00	10.663,19	650.003,86	0,73	163.891,16	143.999,68	650.003,86	0,74	164.247,29	356,13
Controle Ambiental	140.000,00	986.666,65	8.666,65	3.950,00	0,00	82.716,15	3.950,00	82.716,15	0,00	458,68	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	100.000,00	980,00	0,00	521,22	0,00	458,68	0,00	521,22	0,00	458,68	0,00
Administração Geral	746.132,00	726.688,37	10.663,19	645.522,64	0,72	80.716,33	140.109,18	645.522,64	0,74	81.072,46	0,00
AGRICULTURA	686.325,00	277.627,00	-56.770,69	63.556,16	0,07	213.770,84	26.333,18	63.556,16	0,07	213.770,84	356,13
Extensão Rural	350.328,00	147.627,00	-56.770,69	50.663,26	0,06	96.963,74	26.333,18	50.663,26	0,06	96.963,74	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	330.000,00	130.000,00	0,00	13.192,90	0,01	116.807,10	0,00	13.192,90	0,02	116.807,10	0,00
TRANSPORTE	470.430,00	401.100,43	-95,86	80.356,39	0,09	331.744,04	19.534,03	80.356,39	0,09	331.744,04	-
Transporte Rodoviário	315.000,00	299.000,00	0,00	0,00	0,00	299.000,00	0,00	299.000,00	0,00	299.000,00	0,00
Demais Subfunções	155.430,00	103.100,43	-95,86	80.356,39	0,09	22.744,04	19.534,03	80.356,39	0,09	22.744,04	0,00
DESPORTO E LAZER	345.999,00	24.649,00	-5.164,27	10.135,05	0,01	14.513,95	0,00	10.135,05	0,01	14.513,95	-
Desporto Comunitário	290.999,00	24.649,00	-5.164,27	10.135,05	0,01	14.513,95	0,00	10.135,05	0,01	14.513,95	0,00
Lazer	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ENCARGOS ESPECIAIS	2.286.880,00	3.504.311,92	551.083,30	3.406.376,15	3,82	97.935,77	838.447,24	3.406.376,15	3,89	97.935,77	-
Serviço de Dívida Interna	1.020.000,00	1.251.929,12	489.751,20	1.230.814,01	1,38	21.115,11	650.777,70	1.230.814,01	1,41	21.115,11	0,00
Demais Encargos Especiais	1.366.880,00	2.252.382,80	61.332,10	2.175.562,14	2,44	76.820,66	187.669,54	2.175.562,14	2,49	76.820,66	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	365.124,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	82.929.490,00	101.148.847,47	8.990.243,88	89.095.644,43	100,00	12.853.293,04	23.332.018,72	87.513.125,65	100,00	13.635.821,82	1.582.528,78
TOTAL (III) = (I + II)	82.929.490,00	101.148.847,47	8.990.243,88	89.095.644,43	100,00	12.853.293,04	23.332.018,72	87.513.125,65	100,00	13.635.821,82	1.582.528,78

PONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: SEAP. Emissão: 28/01/

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 (BIMESTRE DE 2020)

ESPECIFICAÇÃO	MUNICÍPIO DE AMARGOSA												TOTAL ULTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		
RECEITAS CORRENTES (I)	6.244.571,00	7.531.696,67	8.876.997,94	7.195.894,58	6.125.376,60	7.165.901,31	7.821.933,45	9.844.455,71	7.386.959,38	6.738.997,73	7.165.565,22	9.812.624,82	91.903.996,41	80.189.579,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	366.699,71	425.604,74	428.339,57	306.081,45	244.020,47	538.019,98	450.968,52	416.909,55	495.888,14	468.189,50	419.578,29	1.014.166,65	5.574.076,57	5.712.234,00
IPTU	32.022,39	47.351,12	54.255,22	16.731,64	17.243,66	22.379,91	20.815,57	24.035,51	27.471,64	33.256,80	34.079,53	363.050,41	676.703,40	753.000,00
ISS	244.785,17	250.644,95	223.060,48	199.963,24	177.584,83	201.769,31	194.409,40	240.553,88	217.929,08	238.291,03	197.681,88	264.643,55	2.631.316,80	2.828.000,00
ITBI	44.062,50	31.916,76	26.612,68	9.000,00	18.217,32	31.350,00	5.673,00	38.460,00	44.999,47	52.335,06	46.686,68	81.705,13	431.018,60	388.000,00
IRRF	26.914,96	12.440,23	29.406,98	33.241,39	20.058,93	242.788,81	126.177,28	86.582,59	143.144,21	104.247,29	78.890,62	156.996,42	1.060.889,71	634.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.824,69	83.251,68	114.704,21	47.145,18	10.915,73	39.731,95	103.893,27	23.277,57	62.343,74	40.049,32	62.239,58	147.771,14	754.148,06	1.109.234,00
Contribuições	133.538,37	129.249,74	235.560,42	-	-	231.314,12	106.643,17	-	11.789,40	117.962,43	248.577,74	146.633,37	1.463.633,37	1.495.000,00
Resceita Patrimonial	6.103,09	3.905,54	3.169.810,18	11.464,01	10.361,69	9.150,43	7.844,27	5.849,21	5.445,71	6.029,83	6.358,40	3.248.706,90	147.000,00	147.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	6.103,09	3.905,54	4.810,18	11.464,01	10.361,69	9.150,43	7.844,27	5.849,21	5.445,71	6.358,40	6.358,40	43.706,90	147.000,00	147.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	3.165.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	3.165.000,00	-	-
Resceita de Serviços	32.750,00	66.852,59	38.215,02	50.000,00	50.000,00	50.000,00	82.712,54	66.356,27	16.356,27	166.965,00	252.390,01	94.280,00	967.277,70	689.650,00
Transferências Correntes	5.701.308,96	6.902.733,19	5.229.672,30	6.588.527,83	5.816.319,75	6.332.255,91	7.166.851,34	9.348.751,39	6.754.283,35	5.978.189,84	6.238.880,35	8.550.541,88	80.608.625,09	71.988.886,00
Cota-Parte do FPM	2.403.952,79	3.473.604,49	2.031.112,68	1.990.940,06	2.080.081,64	1.693.530,54	2.920.163,86	1.854.958,45	1.494.185,38	2.010.570,38	2.664.858,75	3.973.510,23	28.591.469,25	28.250.000,00
Cota-Parte do FMS	324.244,41	475.596,61	513.296,11	368.927,80	363.580,98	437.558,82	382.979,79	467.330,99	534.956,57	507.472,79	529.137,51	812.036,33	5.717.118,71	6.030.000,00
Cota-Parte do IPVA	91.650,89	95.675,45	41.405,25	54.369,49	81.023,63	149.413,07	181.891,39	222.778,44	145.894,94	200.031,46	67.894,63	61.233,62	1.393.262,26	1.444.140,00
Cota-Parte do FCR	934,25	88,08	385,92	-	25,92	19,71	34,39	79,11	1.738,49	6.201,99	1.116,05	2.020,12	12.844,59	32.800,00
Transferências da LC 87/1996	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências da LC 61/1989	3.170,01	3.429,13	3.164,59	2.839,96	2.831,62	2.546,45	3.059,00	5.537,78	4.155,55	4.755,86	5.213,24	5.482,98	44.186,17	49.200,00
Transferências do FUNDEB	2.072.971,66	1.928.389,20	1.514.666,73	1.849.152,88	1.412.905,27	1.349.767,51	1.520.595,45	1.554.755,08	1.643.463,97	1.702.194,23	1.870.194,60	2.339.369,85	20.747.826,39	18.365.000,00
Outras Transferências Correntes	804.384,95	925.950,23	1.126.241,02	2.699.405,13	1.876.076,94	2.699.405,13	2.157.961,29	5.245.311,54	1.601.099,65	1.601.099,65	1.100.574,57	2.140.191,72	4.820.486,00	4.820.486,00
Outras Receitas Correntes	4.260,87	4.260,87	4.260,87	4.260,87	4.408,69	4.260,87	6.913,63	6.587,29	1.196,42	1.196,42	1.196,42	1.196,42	41.666,78	157.000,00
DEDUÇÕES (II)	564.156,34	808.992,83	517.239,85	482.852,56	504.941,07	456.107,23	460.448,99	509.029,28	446.182,22	530.427,87	652.601,29	733.662,32	6.670.238,85	7.165.280,00
Despesa de Recuperação Financeira do FUNDEB	564.156,34	808.992,83	517.239,85	482.852,56	504.941,07	456.107,23	460.448,99	509.029,28	446.182,22	530.427,87	652.601,29	733.662,32	6.670.238,85	7.165.280,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) - (I) - (II)	5.680.414,66	6.723.613,84	8.352.858,09	5.913.042,02	5.120.429,53	6.708.894,08	7.361.487,46	9.335.424,43	6.940.777,16	6.204.879,86	6.512.963,93	9.078.962,50	83.933.747,56	73.024.490,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	-	-	800.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.300.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) - (III) - (IV)	5.680.414,66	6.723.613,84	8.352.858,09	5.913.042,02	5.120.429,53	6.708.894,08	7.361.487,46	9.335.424,43	6.940.777,16	6.204.879,86	6.512.963,93	9.078.962,50	83.933.747,56	73.024.490,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 1º, da CF) (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM	5.680.414,66	6.723.613,84	8.352.858,09	5.913.042,02	5.120.429,53	6.708.894,08	7.361.487,46	9.335.424,43	6.940.777,16	6.204.879,86	6.512.963,93	9.078.962,50	83.933.747,56	73.024.490,00

FUNTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: MAF, Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

PLANO PREVIDENCIÁRIO						Em Reais		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/ 2020		Até o Bimestre/ 2019			
RECEITAS CORRENTES (I)								
Recarga de Contribuições dos Segurados								
Civil								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Militar								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Recarga de Contribuições Patronais								
Civil								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Militar								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Recarga Patrimonial								
Recargas Imobiliárias								
Recargas de Valores Mobiliários								
Outras Recargas Patrimoniais								
Recarga de Serviços								
Outras Receitas Correntes								
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS								
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹								
Demais Receitas Correntes								
RECEITAS DE CAPITAL (III)								
Alienação de Bens, Direitos e Ativos								
Amortização de Empréstimos								
Outras Receitas de Capital								
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)								
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil								
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar								
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias								
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)								
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²								
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
VALOR								
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								
Outros Aportes para o RPPS								
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA					
Caixa e Equivalentes de Caixa							2019	
Investimentos e Aplicações								
Outros Bens e Direitos								
PLANO FINANCEIRO								
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/ 2020		Até o Bimestre/ 2019			
RECEITAS CORRENTES (VII)								
Recarga de Contribuições dos Segurados								
Civil								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Militar								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Recarga de Contribuições Patronais								
Civil								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Militar								
Ativo								
Inativo								
Pensionista								
Recarga Patrimonial								
Recargas Imobiliárias								
Recargas de Valores Mobiliários								
Outras Recargas Patrimoniais								
Recarga de Serviços								
Outras Receitas Correntes								
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS								
Demais Receitas Correntes								
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)								
Alienação de Bens, Direitos e Ativos								
Amortização de Empréstimos								
Outras Receitas de Capital								
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)								

SEM MOVIMENTO

SEM MOVIMENTO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil Aposentadorias Pensões Outros Benefícios Previdenciários Benefícios - Militar Reformas Pensões Outros Benefícios Previdenciários Outras Despesas Previdenciárias Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS Demais Despesas Previdenciárias								
SEM MOVIMENTO								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)								
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)²								
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS							
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								
Recursos para Formação de Reserva								
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019				
RECEITAS CORRENTES								
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)								
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO	
			Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Até o Bimestre/ 2020	Até o Bimestre/ 2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)								
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)								
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)								
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)								

EX017 - Sistema Contábil - Unidade Orçamentária - 30245 - Exercício: 2020/2021, de 01/01/21

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS	SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	2.400.000,00	1.468.674,24	931.325,76
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO NÃO EXECUTADO
	(d)	(e)	(f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.400.000,00	1.706.497,90	693.502,10
Investimentos	2.400.000,00	1.706.497,90	693.502,10
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida			-
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.400.000,00	1.706.497,90	693.502,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	0,00	237.823,66	-237.823,66

FONTE: Sistema Contabilis, Unidade Responsável: SEAFI. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

Anexo 9 - Op Créd D Cap E,M,DF

<http://pmamargosaba.imprensaoficial.org/>

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e + k)	
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) PODER EXECUTIVO PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal Tribunal de Contas do Município RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	162.622,50 162.622,50	3.334.551,70 3.334.551,70	3.297.501,51 3.297.501,51	37.904,89 37.904,89	161.767,80 161.767,80	40,00 40,00	396.147,65 396.147,65	396.147,65 396.147,65	396.147,65 396.147,65	- -	40,00 40,00	161.807,80 161.807,80
TOTAL (III) = (I + II)	162.622,50	3.334.551,70	3.297.501,51	37.904,89	161.767,80	40,00	396.147,65	396.147,65	396.147,65	-	40,00	161.807,80

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: SEAFI. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

NOTA:

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
RECEITAS DO ENSINO				
1- RECEITA DE IMPOSTOS	4.603.000,00	4.603.000,00	4.819.928,51	105%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	753.000,00	753.000,00	678.045,50	90%
1.1.1- IPTU	470.000,00	470.000,00	419.214,69	89%
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	283.000,00	283.000,00	258.830,81	91%
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	388.000,00	388.000,00	431.018,60	111%
1.2.1- ITBI	380.000,00	380.000,00	429.289,26	113%
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	8.000,00	8.000,00	1.729,34	22%
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	2.828.000,00	2.828.000,00	2.649.974,70	94%
1.3.1- ISS	2.815.000,00	2.815.000,00	2.623.712,65	93%
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	13.000,00	13.000,00	26.262,05	202%
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	634.000,00	634.000,00	1.060.889,71	167%
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	38.119.700,00	38.119.700,00	35.758.880,98	94%
2.1- Cota-Parte FPM	30.543.300,00	30.543.300,00	28.591.469,25	94%
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	28.250.000,00	28.250.000,00	26.227.976,11	93%
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	1.190.500,00	1.190.500,00	1.180.488,16	99%
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	1.102.800,00	1.102.800,00	1.183.004,98	107%
2.2- Cota-Parte ICMS	6.030.000,00	6.030.000,00	5.717.118,71	95%
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	23.000,00	23.000,00	-	0%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	49.200,00	49.200,00	44.186,17	90%
2.5- Cota-Parte ITR	32.800,00	32.800,00	12.844,59	39%
2.6- Cota-Parte IPVA	1.441.400,00	1.441.400,00	1.393.262,26	97%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	0%
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	42.722.700,00	42.722.700,00	40.578.809,49	95%
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	1.000,00	1.000,00	263,93	0%
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.765.850,00	1.765.850,00	1.589.475,10	381%
5.1- Transferências do Salário-Educação	697.600,00	697.600,00	568.016,66	81%
5.2- Transferências Diretas - PDDE	4.620,00	4.620,00	4.680,00	101%
5.3- Transferências Diretas - PNAE	609.330,00	609.330,00	582.705,20	96%
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	420.300,00	420.300,00	431.237,93	103%
5.5- Outras Transferências do FNDE	21.000,00	21.000,00	-	0%
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	13.000,00	13.000,00	2.835,31	0%
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	700.500,00	700.500,00	1.262.799,23	180%
6.1- Transferências de Convênios	700.000,00	700.000,00	1.259.491,21	180%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	500,00	500,00	3.308,02	0%
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	0%
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	0%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.467.350,00	2.467.350,00	2.852.538,26	116%

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.165.280,00	7.165.280,00	6.670.238,85	93%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.650.000,00	5.650.000,00	5.245.594,95	93%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.206.000,00	1.206.000,00	1.143.423,52	95%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.600,00	4.600,00	-	0%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	9.840,00	9.840,00	-	0%
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	6.560,00	6.560,00	2.568,81	39%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	288.280,00	288.280,00	278.651,57	97%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	18.405.000,00	18.405.000,00	20.753.114,37	113%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.120.000,00	14.120.000,00	15.695.812,31	111%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	4.245.000,00	4.245.000,00	5.052.014,08	119%
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	40.000,00	40.000,00	5.287,98	13%
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	6.954.720,00	6.954.720,00	9.025.573,46	130%

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.453.000,00	12.637.509,17	12.546.831,43	99,28%	12.546.831,43	99,28%	0,00
13.1- Com Educação Infantil	3.603.800,00	4.567.406,59	4.525.645,69	99,09%	4.525.645,69	99,09%	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	7.849.200,00	8.070.102,58	8.021.185,74	99,39%	8.021.185,74	99,39%	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	6.952.000,00	8.428.523,62	8.252.521,13	97,91%	6.998.530,31	83,03%	1.253.990,82
14.1- Com Educação Infantil	2.245.800,00	2.679.977,08	2.567.243,03	95,79%	2.175.420,83	81,17%	391.822,20
14.2- Com Ensino Fundamental	4.706.200,00	5.748.546,54	5.685.278,10	98,90%	4.823.109,48	83,90%	862.168,62
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	18.405.000,00	21.066.032,79	20.799.352,56	98,73%	19.545.361,74	92,78%	1.253.990,82
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							
16.1 - FUNDEB 60%							
16.2 - FUNDEB 40%							
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							
17.1 - FUNDEB 60%							
17.2 - FUNDEB 40%							
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							
INDICADORES DO FUNDEB							VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							19.545.361,74
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							60,46
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							33,72
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							5,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NAO FORAM UTILIZADOS							
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE <EXERCÍCIO > ²							
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.284.135,00	7.487.250,96	7.321.558,21	0,98	6.907.856,51	0,92	413.701,70
22.1 - Creche	6.284.135,00	7.487.250,96	7.321.558,21	0,98	6.907.856,51	0,92	413.701,70
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.849.600,00	7.247.383,67	7.092.888,72	0,98	6.701.066,52	0,92	391.822,20
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	434.535,00	239.867,29	228.669,49	0,95	206.789,99	0,86	21.879,50
22.2 - Pré-escola	-	-	-	-	-	-	-
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-	-	-
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	-	-	-
23- ENSINO FUNDAMENTAL	15.779.988,00	17.337.904,83	17.153.487,55	0,99	16.103.140,72	0,93	1.050.346,83
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.555.400,00	13.818.649,12	13.706.463,84	1,98	12.844.295,22	1,83	862.168,62
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.224.588,00	3.519.255,71	3.447.023,71	0,98	3.258.845,50	0,93	188.178,21
24- ENSINO MÉDIO							
25- ENSINO SUPERIOR	100.000,00	-	-	-	-	-	-
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27- OUTRAS							
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23 + 24 + 25 + 26 + 27)	22.164.123,00	24.825.155,79	24.475.045,76	0,99	23.010.997,23	0,93	1.464.048,53

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	9.030.861,44
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	5.052.014,08
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE	
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO	
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)⁶	14.082.875,52
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))⁶	10.244.089,69
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) %⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%⁵	25,24

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	702.600,00	702.600,00	108.199,88	0,15	108.199,88	0,15	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.257.750,00	3.239.967,28	2.997.032,57	0,93	2.997.032,57	0,93	
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	2.960.350,00	3.942.567,28	3.105.232,45	0,79	3.105.232,45	0,79	
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	25.124.473,00	28.767.723,07	27.580.278,21	0,96	26.116.229,68	0,91	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM <EXERCÍCIO> (j)			
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB							
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO				
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019			732.510,67				66.814,81
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)			20.747.826,39				568.016,66
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			14.691.768,45				106.814,88
47.1 (-) Orçamento do Exercício			14.371.979,81				106.814,88
47.2 (-) Restos a Pagar			319.788,64				-
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			5.287,98				1.030,32
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			6.793.856,59				529.046,91
50- (+) AJUSTES			-				-
50.1 (+) Retenções							
50.2 (-) Valores a recuperar							
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários							
50.4 (+) Conciliação Bancária							
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO			6.793.856,59				529.046,91

FONTE: Sistema Contabilis, Unidade Responsável: SEAFI. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	SEM MOVIMENTO			

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
	SEM MOVIMENTO			

FONTE: Sistema Contabilis, Unidade Responsável: SEAFI. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

Anexo 10 - Projeção RPPS

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)					
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) Receita de Alienação de Bens Móveis Receita de Alienação de Bens Imóveis Receita de Alienação de Bens Intangíveis Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.000	65.001,47 65.001,47					
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) Despesas de Capital Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida Despesas Correntes dos Regimes de Previdência Regime Próprio dos Servidores Públicos	81.937,24 81.937,24	80.417,08 80.417,08	80.417,08 80.417,08	80.417,08 80.417,08			
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2.019 (i)	2.020 (j) = (Ib - (IIf+ IIg))					
VALOR (III)	17.516,47	-					15.415,61

FONTE: Sistema Contabilis, Unidade Responsável: SEAFI. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

NOTA:

Anexo 11 - Alienação Ativos

Em Reais

SALDO (c) = (a-b)	
-	63.001,47
-	63.001,47

SALDO (h) = (d-e)	
	1.520,16
	1.520,16

SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)	
	2.100,86

Anexo 11 - Alienação Ativos

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 6º BIMESTRE DE 2020

RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	4.683.000,00	4.683.000,00	4.819.928,51	102,9%
Receta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	753.000,00	753.000,00	678.845,50	90,1%
IPTU	470.000,00	470.000,00	419.214,69	89,2%
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	283.000,00	283.000,00	258.630,81	91,4%
Receta Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	388.000,00	388.000,00	431.816,60	111,3%
ITBI	380.000,00	380.000,00	429.289,26	113,0%
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	8.000,00	8.000,00	1.729,34	21,6%
Receta Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.828.000,00	2.828.000,00	2.649.974,70	94,1%
ISS	2.815.000,00	2.815.000,00	2.623.712,65	93,2%
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	13.000,00	13.000,00	26.262,05	202,8%
Receta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	634.000,00	634.000,00	1.660.889,71	167,2%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.826.400,00	38.119.700,00	33.395.387,84	94,4%
Cota-Parte FPM	28.250.000,00	30.542.300,00	26.227.976,11	94,9%
Cota-Parte TIR	32.800,00	32.800,00	12.844,59	39,2%
Cota-Parte IPVA	1.441.400,00	1.441.400,00	1.393.262,26	96,0%
Cota-Parte ICMS	6.030.000,00	6.030.000,00	5.717.118,71	94,8%
Cota-Parte IPI-Exportação	49.200,00	49.200,00	44.186,17	90,0%
Contribuições Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.000,00	23.000,00	-	0,0%
Douanário ICMS - LC 87/1996	23.000,00	23.000,00	-	0,0%
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (I) + (II)	40.429.400,00	42.722.700,00	38.215.316,35	89,45%

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o Bimestre (d)	% (d/a) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.965.740,00	2.307.577,99	2.215.212,30	95,7%	2.215.212,30	92,7%	2.174.925,83	91,9%	-
Despesas Correntes	1.883.740,00	2.276.355,99	2.204.061,60	96,8%	2.204.061,60	96,8%	2.168.041,79	95,2%	-
Despesas de Capital	22.000,00	111.242,00	11.150,70	10,0%	11.150,70	0,10	6.884,04	0,06	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	3.428.581,28	4.375.054,18	4.232.492,51	96,8%	4.134.454,63	95,7%	3.309.809,74	96,5%	97.857,88
Despesas Correntes	3.423.581,28	2.985.610,43	2.903.624,45	97,2%	2.897.067,97	97,0%	2.597.231,47	75,8%	6.556,88
Despesas de Capital	5.000,00	1.332.084,62	1.328.868,06	99,7%	1.237.567,06	92,9%	712.458,27	14.249,17	91.301,00
SUporte FISIOLÓGICO E TERAPÊUTICO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VEIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	223.240,00	484.042,88	462.293,16	95,5%	462.293,16	95,5%	462.293,16	207,8%	-
Despesas Correntes	223.240,00	484.042,88	462.293,16	95,5%	462.293,16	95,5%	462.293,16	207,8%	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VEIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	54.900,00	46.728,45	39.828,45	97,7%	39.828,45	97,7%	39.828,45	72,5%	-
Despesas Correntes	54.900,00	46.728,45	39.828,45	97,7%	39.828,45	97,7%	39.828,45	72,5%	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	2.086.948,72	2.514.871,64	2.414.718,91	96,0%	2.412.301,81	95,9%	2.289.143,54	109,6%	2.409,10
Despesas Correntes	2.080.948,72	2.502.181,64	2.402.715,91	96,0%	2.400.306,81	95,9%	2.277.148,54	109,4%	2.409,10
Despesas de Capital	6.000,00	12.670,00	11.993,00	94,6%	11.995,00	94,6%	11.995,00	199,9%	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	7.699.410,00	9.744.890,06	9.364.537,28	96,1%	9.284.276,25	95,0%	8.275.880,72	84,9%	100.266,90

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XI) = (XI)	9.364.537,28	9.193.474,97	8.275.880,72
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	-	-	-
(-) Despesas Contratadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	-	-	-
(-) Despesas Contratadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XI - XIII - XIV - XV)	9.364.537,28	9.193.474,97	8.275.880,72
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (d) x 15% (LC 141/2012)	1.404.680,59	1.379.011,24	1.241.382,11
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (e) x 15% (Lei Despesa Municipal)	1.394.680,59	1.374.011,24	1.236.382,11
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) - (XVI) (a ou e) - XVII	-	-	-
Limite não Cumprido (XIX) - (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-	3.461.177,52	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) x 100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			24,06

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS - LIMITE NÃO CUMPRIDO	Saldo Inicial exercício atual (no)	(b)	Despesas Contratadas no Exercício de Referência			Saldo Final aplicado ¹ (no) (d) = (b - (c ou e))
			Empenhadas (c)	Liquidadas (e)	Pagas (d)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIX)						
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)						
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)						
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)						

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO ¹	Valor Mínimo para aplicação em ANPS (m)	Valor aplicado em ANPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite máximo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPND Inscrito Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII) - (XIIII)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = (o + q) - (u)
Empenhos de 2020 (regra nova)	5.732.297,45	9.193.474,07	3.461.177,52	-	-	-	-	-	-	3.461.177,52
Empenhos de 2019 (regra nova)	5.987.745,58	7.177.421,43	1.189.675,85	266.092,15	-	-	266.092,15	-	-	1.189.675,85
Empenhos de 2018	5.439.607,23	6.779.119,23	1.339.512,00	476.739,06	-	-	476.739,06	-	-	1.339.512,00
Empenhos de 2017	5.028.485,33	5.822.166,62	793.681,29	738.966,03	-	-	738.966,03	2.000,00	-	793.681,29
Empenhos de 2016 e anteriores	5.340.872,84	7.054.817,91	1.713.945,07	320.136,65	-	-	296.742,57	-	23.394,08	1.713.945,07
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 e 2º da LC 141/2012)										-
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24º E 2º DA LC 141/2012										
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018 a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				Saldo Final (não aplicado) ² (aa) = (w - (x em y))			
			Saldo Inicial (w)	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)				
-	-	-	-	-	-	-				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)										-
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS					
					Até o Bimestre (b)		% (b/a)x100			
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)			12.060.064,00	12.060.064,00	17.073.852,87		141,57			
Proveniente da União			11.145.314,00	11.145.314,00	15.110.313,05		135,58			
Proveniente dos Estados			914.750,00	914.750,00	1.963.539,82		214,65			
Proveniente de outros Municípios			-	-	-		-			
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)			-	-	-		-			
OUTRAS RECEITAS (XXX)			-	-	-		-			
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)			12.060.064,00	12.060.064,00	17.073.852,87		141,57			
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processadas (g)
				Até o Bimestre (d)	% (d/e) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)		4.218.200,00	5.147.203,38	4.890.952,07	95,02	4.890.952,07	95,02	4.778.310,92	92,83	-
Despesas Correntes		3.403.500,00	4.650.437,84	4.558.086,67	98,01	4.558.086,67	98,01	4.445.645,67	95,50	-
Despesas de Capital		815.000,00	496.765,54	332.865,40	67,01	332.865,40	67,01	332.665,25	67,01	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)		7.041.744,00	10.117.462,81	9.843.296,21	97,28	9.837.553,73	97,23	9.668.880,68	95,57	5.742,48
Despesas Correntes		5.135.744,00	6.513.230,25	6.388.701,12	98,09	6.385.999,44	98,05	6.304.726,39	96,80	2.701,68
Despesas de Capital		1.906.000,00	3.604.232,56	3.454.595,09	95,83	3.451.554,29	95,76	3.364.154,29	93,34	3.040,80
SUPPORTO FISIOLÓGICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)		400.000,00	508.672,43	420.405,91	82,65	420.405,91	82,65	419.570,95	82,48	-
Despesas Correntes		400.000,00	508.672,43	420.405,91	82,65	420.405,91	82,65	419.570,95	82,48	-
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)		90.400,00	167.240,00	142.844,99	85,41	142.844,99	85,41	142.844,99	85,41	-
Despesas Correntes		85.400,00	167.240,00	142.844,99	85,41	142.844,99	85,41	142.844,99	85,41	-
Despesas de Capital		5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)		309.420,00	599.473,65	579.648,13	96,69	578.262,13	96,46	572.549,13	95,48	1.386,00
Despesas Correntes		307.420,00	574.695,11	556.671,13	96,87	555.285,13	96,63	549.940,13	95,70	1.386,00
Despesas de Capital		2.000,00	24.834,14	22.977,00	92,52	22.977,00	92,52	22.409,00	90,23	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)		0,00	3.082.592,66	3.013.047,82	97,75	3.019.237,49	-	2.790.436,22	0,00	1.820,33
Despesas Correntes		0,00	3.072.592,66	3.016.946,57	98,19	3.015.126,24	-	2.776.324,07	0,00	1.820,33
Despesas de Capital		0,00	10.000,00	4.101,25	0,00	4.101,25	-	4.101,25	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		12.060.064,00	19.622.648,51	18.898.195,13	96,31	18.889.246,32	96,26	18.362.382,20	93,58	8.948,81
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processadas (g)
				Até o Bimestre (d)	% (d/e) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)		6.124.240,00	7.534.781,37	7.106.164,37	94,31	7.106.164,37	94,31	6.953.236,75	92,28	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)		10.470.325,28	14.415.157,91	14.075.788,72	97,51	13.972.188,36	96,79	12.978.570,42	89,91	103.600,36
SUPPORTO FISIOLÓGICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)		400.000,00	508.672,43	420.405,91	82,65	420.405,91	82,65	419.570,95	82,48	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)		313.640,00	651.283,48	605.138,15	92,91	605.138,15	92,91	605.138,15	95,61	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)		364.320,00	640.202,10	619.476,58	96,76	618.090,58	96,55	612.177,58	95,62	1.386,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)		-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)		2.066.948,72	5.597.444,30	5.435.758,73	97,11	5.431.529,30	97,04	5.069.569,76	90,57	4.229,41
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)		19.759.474,00	29.367.541,57	28.262.732,46	96,26	28.153.516,07	95,87	26.638.263,01	90,71	109.215,79
<small>1º Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes²</small>										
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)										
FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: SEAFI, Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52										

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE RECONVALE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (e)
		Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	325.751,07	349.251,78	107,21	254.955,69	78,27	251.136,79	77,09	94.296,09
Despesas Correntes	325.751,07	349.251,78	107,21	254.955,69	78,27	251.136,79	77,09	94.296,09
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	325.751,07	349.251,78	107,21	254.955,69	78,27	251.136,79	77,09	94.296,09
DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS								
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)								
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)								
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)								
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)								

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020/ 6º BIMESTRE DE 2020

RRRO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

Em reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		REGISTROS EFETUADOS EM <EXERCÍCIO>								
			No bimestre			Até o Bimestre					
TOTAL DE ATIVOS Ativos Constituídos pela SPE			SEM MOVIMENTO								
TOTAL DE PASSIVOS Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE Provisões de PPP Outros Passivos											
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS Obrigações Contratuais Riscos não Provisionados Garantias Concedidas Outros Passivos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
...											
A contratar (I.2)											
...											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
...											
A contratar (II.2)											
...											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema Contabilis, Unidade Responsável: SEAFI. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

MUNICÍPIO DE AMARGOSA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 6º BIMESTRE DE 2020

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		Em Reais	
RECEITAS					
Previsão Inicial				82.929.490,00	
Previsão Atualizada				82.929.490,00	
Receitas Realizadas				90.896.278,70	
Exercício Anterior					
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				3.375.212,30	
DESPESAS					
Dotação Inicial				82.929.490,00	
Dotação Atualizada				101.148.947,47	
Despesas Empenhadas				89.095.654,43	
Despesas Liquidadas				87.513.128,65	
Despesas Pagas				82.553.161,53	
Superávit Orçamentário				3.383.153,05	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO					
Despesas Empenhadas				89.095.654,43	
Despesas Liquidadas				87.513.128,65	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL					
Até o Bimestre					
Receita Corrente Líquida					
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento					
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal					
85.233.747,56					
RECEITAS E DESPESAS DO REGÍME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES					
Até o Bimestre					
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
Receitas Previdenciárias Realizadas					
Despesas Previdenciárias Empenhadas					
Despesas Previdenciárias Liquidadas					
Resultado Previdenciário					
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO					
Receitas Previdenciárias Realizadas					
Despesas Previdenciárias Empenhadas					
Despesas Previdenciárias Liquidadas					
Resultado Previdenciário					
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL					
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)		
Resultado Primário - Acima da Linha	2.347.599,19	4.327.909,64	1,84		
Resultado Nominal - Acima da Linha	662.343,44	4.190.299,12	6,33		
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO					
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.497.174,20		3.297.501,51	161.767,80	
Poder Executivo	3.497.174,20		3.297.501,51	161.767,80	
Poder Legislativo					
Poder Judiciário					
Ministério Público					
Defensoria Pública					
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	396.187,65		396.147,65	40,00	
Poder Executivo	396.187,65		396.147,65	40,00	
Poder Legislativo					
Poder Judiciário					
Ministério Público					
Defensoria Pública					
TOTAL	3.893.361,85		3.693.649,16	161.807,80	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO					
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual			
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre		
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	10.244.089,69	25%	25,24		
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	19.545.361,74	60%	60,46		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					
	Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado			
Receita de Operação de Crédito		1.468.674,24	931.325,76		
Despesa de Capital Líquida		1.706.497,90	693.502,10		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício	
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias					
Despesas Previdenciárias					
Resultado Previdenciário					
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias					
Despesas Previdenciárias					
Resultado Previdenciário					
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar			
Receitas da Alienação de Ativos					
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					
	Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual			
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.461.177,52	15%	24,06		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					
	Valor Apurado no Exercício Corrente				
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		SEM MOVIMENTO			

FONTE: Sistema Contábil, Unidade Responsável: SEAFI. Emissão: 28/01/2021, às 10:07:52

ÓRGÃO/SETOR: SEMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO (CONTRATO Nº 009/2021)



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMAS Nº009/2021; PROCESSO ADMINISTRATIVO 2.709/2021; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 845/2021; FUNDAMENTO LEGAL: LICITAÇÃO INEXIGÍVEL, INCISO II, ART. 25, COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.93 RATIFICAÇÃO EM: 18/03/2021 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AMARGOSA, CONTRATADO: LOURIVAL PIRES DE SOUZA(CPF: 862.396.605-82), OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA TÉRREA, SITUADA NA RUA 15 DE NOVEMBRO Nº 97 A, BAIRRO: SÃO ROQUE, AMARGOSA - BAHIA(O IMÓVEL ORA LOCADO DESTINA-SE A ABRIGAR A FAMÍLIA DE ANATALIA CONCEIÇÃO PEREIRA, CPF: 046.988.095-33, BENEFICIÁRIA DE AUXÍLIO MORADIA, CONFORME PREVISÃO DO ART. 14, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 299, DE 02/09/2009). VALOR: R\$ 300,00 MENSAIS. VIGÊNCIA: 06 MESES, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.02, PROJETO/ATIVIDADE: 2.050, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00 DATA DA ASSINATURA: 30/03/2021. PELO CONTRATANTE: JULIO PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL, MILENA AGUIAR CUNHA DE ALMEIDA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PELA CONTRATADO: LOURIVAL PIRES DE SOUZA.

EXTRATO (CONTRATO Nº 010/2021)



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMAS Nº010/2021; PROCESSO ADMINISTRATIVO 1.249/2021; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 829/2021; FUNDAMENTO LEGAL: LICITAÇÃO INEXIGÍVEL, INCISO II, ART. 25, COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.93 **RATIFICAÇÃO EM: 24/03/2021 CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE AMARGOSA, **CONTRATADO:** GESSE SANTOS DA SILVA, (CPF: 505.898.575-68), **OBJETO:** LOCAÇÃO DE UMA CASA TÉRREA, SITUADA NA RUA ÁGUA AZUL, Nº 83, BAIRRO SANTA RITA - AMARGOSA - BAHIA (O IMÓVEL ORA LOCADO DESTINA-SE A ABRIGAR A FAMÍLIA DE PEDRO OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF 631.702.995-49, BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO MORADIA, CONFORME PORTARIA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA DE Nº 369 DE 29 DE ABRIL DE 2020 EM DECORRÊNCIA DO COVID-19 E DE ACORDO A LEI Nº. 299 DE 02 DE SETEMBRO DE 2009 QUE INSTITUI OS BENEFÍCIOS DA ÁREA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA E REGULAMENTA SUA CONCESSÃO). **VALOR:** R\$ 300,00 MENSAIS. **VIGÊNCIA:** 06 MESES, **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.02, PROJETO/ATIVIDADE: 2.050, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00 **DATA DA ASSINATURA:** 30/03/2021. **PELO CONTRATANTE:** JULIO PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL, MILENA AGUIAR CUNHA DE ALMEIDA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **E PELO CONTRATADO:** GESSE SANTOS DA SILVA.

EXTRATO (CONTRATO Nº 011/2021)



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMAS Nº 011/2021; PROCESSO ADMINISTRATIVO 597/2021; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 831/2021; FUNDAMENTO LEGAL: LICITAÇÃO INEXIGÍVEL, INCISO II, ART. 25, COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.93 **RATIFICAÇÃO EM:** 25/03/2021 **CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE AMARGOSA, **CONTRATADA:** EDICARLA SANTOS TEIXEIRA, (CPF: 005.359.795-84), **OBJETO:** LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AV. SÃO CRISTÓVÃO Nº. 651, BAIRRO CATIARA - AMARGOSA-BA (O IMÓVEL ORA LOCADO DESTINA-SE A ABRIGAR A FAMÍLIA DO SENHOR MIGUEL RODRIGUES NUNES DOS SANTOS, CPF 808.931.995-62, CONFORME PORTARIA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA DE Nº 369 DE 29 DE ABRIL DE 2020 EM DECORRÊNCIA DO COVID -19 E DE ACORDO A LEI Nº 299 DE 02 DE SETEMBRO DE 2009 QUE INSTITUI OS BENEFICIÁRIOS DA ÁREA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARGOSA E REGULAMENTA SUA CONCESSÃO). **VALOR:** R\$ 250,00 MENSAIS. **VIGÊNCIA:** 06 MESES, **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.02, PROJETO/ATIVIDADE: 2.050, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00 **DATA DA ASSINATURA:** 30/03/2021. **PELO CONTRATANTE:** JULIO PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL E MILENA AGUIAR CUNHA DE ALMEIDA - SECRETÁRIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, **E PELA CONTRATADA:** EDICARLA SANTOS TEIXEIRA.

EXTRATO (TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 030/2021)



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

Termo de Aditamento

Processo: 4537/2021; **Espécie:** 5º Termo de Aditamento ao Contrato FMAS 030/2018, firmado em 17/04/2018, com a senhora **MARIA HELENA MATTA CALDAS**, CPF nº 483.939.755-49; **Objeto:** Prorrogação da vigência do contrato por mais 08 meses; **Fundamento Legal:** art. 57, da Lei nº 8.666/1993; **Signatários:** pelos **Locatários**, Julio Pinheiro dos Santos Junior e Milena Aguiar Cunha de Almeida e, pela **Locadora**, Maria Helena Matta Caldas.

ÓRGÃO/SETOR: SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

PORTARIA (Nº 001/2021)



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ: 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

PORTARIA Nº 001 DE 06 DE ABRIL DE 2021.

Institui o Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e conforme orientações sobre o gerenciamento dos perfis constantes no Manual do PDDE Interativo/MEC de 01 de janeiro de 2013 e da Portaria Conjunta SEB/SECADI nº 71 de 29 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Instituir o Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas com objetivo de organizar e integrar as ações dos Programas vinculados ao sistema PDDE Interativo, com validade de 02 anos.

Art. 2º. O Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas será composto por um representante de cada programa ativo vinculado ao sistema PDDE Interativo, Coordenador do Comitê, Técnico Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação e Diretor de Projetos Municipais de Educação:

I. Coordenador Comitê Gestor Municipal do PDDE:

- Nome: Lorena d'Utra dos Santos
- CPF:044.478.895-60

II. Programa Educação Conectada

- Nome: Felipe Magalhães dos Santos
- CPF:038.573.565-02

III. Programa PDDE Integral

- Nome: Ediane Borges de Almeida
- CPF: 052.382.975-21

IV. Programa Escola Acessível/ Sala de Recursos

- Nome: Larissa Andrade Viriato
- CPF: 044.736.285-23

CNPJ Prefeitura: 13.825.484/0001-50
Endereço Secretaria de Educação: Praça da Bandeira, S/N, Centro - Amargosa/BA.
Telefax: (75) 3634-3942 / 3977
E-mail: semed@amargosa.ba.gov.br



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

V. Programa PDDE Campo

- Nome: Livia Karen Figueredo de Jesus
- CPF: 016.276.995-46

VI. Técnico Responsável pela Prestação de Contas

- Nome: Clebison Pereira dos Santos
- CPF: 039.230.465-10

VII. Diretor de Projetos Municipais de Educação

- Nome: Larruana Ferreira Montanha
- CPF: 062.391.505-76

§ 1º A composição do Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas será alterada à medida que forem sendo criados ou extintos programas que façam uso direto do sistema.

§ 2º O Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas terá Coordenação rotativa, com mandato de dois anos, ocupada por um integrante eleito por seus pares com a maioria simples de votos.

§ 3º Caberá à coordenação do Comitê Gestor Municipal assessorar o Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas, considerando as necessidades e interesses específicos de cada programa integrante, nos assuntos e discussões sobre a metodologia de adesão e divulgação dos programas.

Art. 3º. Caberá ao Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas, além de outras atribuições que possam vir a ser eventualmente atribuídas pelo MEC/FNDE, assessorar a gestão escolar, considerando as necessidades e interesses específicos de cada programa integrantes, nos assuntos e discussões acerca da metodologia de adesão, divulgação e execução e prestação de contas dos programas.

§ 1º São atribuições do Comitê Gestor Municipal do PDDE e Ações Agregadas:

- a) Conhecer os documentos norteadores e metodologia do PDDE e Ações Agregadas;

CNPJ Prefeitura: 13.825.484/0001-50
Endereço Secretaria de Educação: Praça da Bandeira, S/N, Centro - Amargosa/BA.
Telefax: (75) 3634-3942 / 3977
E-mail: semed@amargosa.ba.gov.br



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa, Bahia, CEP: 45.300-000
Telefax: 75 3634.3977 - gabinete@amargosa.ba.gov.br

- b) Mobilizar a equipe gestora escolar para a adesão, planejamento participativo, execução e prestação de contas do PDDE e Ações Agregadas;
- c) Acompanhar as escolas na elaboração participativa dos seus planos de execução do PDDE e Ações Agregadas, referendado na legislação específica e documentos orientadores;
- d) Orientar para a compatibilidade dos planos de execução do PDDE e Ações Agregadas, com o Projeto Político Pedagógico e Plano Municipal de Educação (PME);
- e) Acompanhar de forma sistemática as escolas que estão elaborando, executando e prestando contas acerca da execução do PDDE e Ações Agregadas, identificando possíveis equívocos e propondo soluções;
- f) Reunir-se periodicamente para planejamento e estudos;
- g) Participar regularmente, (especificamente os representantes indicados pela Secretaria Municipal de Educação) dos momentos formativos presenciais e à distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a fins de obter êxito nos processos avaliativos;
- h) Comunicar-se, sempre que necessário ou solicitado, prioritariamente através de e-mail, com a equipe de técnicos do Estado da Bahia (COPE), integrantes da Rede Estadual de Assistência Técnica aos Municípios no âmbito do PDDE e Ações Agregadas (Rede PDDE);
- i) Informar à equipe do Estado da Bahia (COPE) da Rede Estadual de Assistência Técnica e Pedagógica aos Municípios no âmbito do PDDE e Ações Agregadas (Rede PDDE), qualquer alteração na representatividade do município.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se!

Registre-se!

Cumpra-se!

Gabinete da Secretária, 06 de abril de 2021.

Márcia Batista de Almeida
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 032 de 11 de Janeiro de 2021

CNPJ Prefeitura: 13.825.484/0001-50
Endereço Secretaria de Educação: Praça da Bandeira, S/N, Centro - Amargosa/BA.
Telefax: (75) 3634-3942 / 3977
E-mail: semed@amargosa.ba.gov.br

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE HABILITAÇÃO (CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021)



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000
Tel.: (75) 3634-3977

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.068/2021

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 26/2013 alterada pela Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4, de 3 de abril de 2015.

RESULTADO
HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA

A Comissão Permanente de Licitações, instituída pela Portaria nº 038/2020, de 23/04/2020, faz saber a todos que possam interessar o resultado do julgamento da documentação apresentada pelo Grupo Formal COOAMA- COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO JEQUIRIÇÁ, após o julgamento dos documentos de habilitação e Projeto de Venda apresentado para a Sessão Pública ocorrida em 06/04/2021, às 09h00min:

I - a CPL decidiu declarar habilitada a **COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DE JEQUIRIÇÁ - COOAMA**, visto que apresentou a documentação exigida no item 3.3. do Edital (Habilitação do Grupo Formal);

II - a CPL decidiu aprovar o Projeto de Venda, no valor total de R\$ 399.366,50 (trezentos e noventa e nove mil e trezentos sessenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme valores apresentados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UND.	QTDE	V. Unit.
1	ABACATE	KG	1.200	R\$ 2,00
2	ABACAXI	KG	6.500	R\$ 2,00
3	ABÓBORA	KG	3.000	R\$ 2,61
4	AIPIM	KG	5.500	R\$ 2,80
5	ALFACE	MO	1.500	R\$ 2,00
6	BANANA DA PRATA	KG	5.500	R\$ 2,00
7	BANANA DA TERRA	KG	4.800	R\$ 4,50
8	BATATA DOCE	KG	2.000	R\$ 3,00
9	BEIJU	KG	1.000	R\$ 13,00
10	BETERRABA	KG	1.300	R\$ 3,00
11	BOLO	KG	200	R\$ 16,12
12	CENOURA	KG	3.200	R\$ 3,50
13	CEBOLINHA	MO	2.800	R\$ 2,00
14	CORANTE	UND	700	R\$ 1,10
15	CHUCHU	KG	3.000	R\$ 2,19
16	COCO SECO	UND	3.000	R\$ 3,54
17	COENTRO	MO	2.800	R\$ 2,41



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: (75) 3634-3977

18	COUVE	MO	1.000	R\$ 2,00
19	FARINHA DE MANDIOCA	KG	2.500	R\$ 4,50
20	FEIJÃO VERDE	KG	200	R\$ 4,25
21	INHAME	KG	350	R\$ 5,43
22	LARANJA PÊRA	KG	3.800	R\$ 2,40
23	LIMÃO	KG	500	R\$ 4,00
24	MAMÃO	KG	6.000	R\$ 4,00
25	MANGA	KG	8.000	R\$ 3,00
26	MELANCIA	KG	14.500	R\$ 1,00
27	MILHO VERDE	UND	3.400	R\$ 1,23
28	MELÃO	KG	8.000	R\$ 2,80
29	PEPINO	KG	2.100	R\$ 2,50
30	PIMENTÃO	KG	1.400	R\$ 3,00
31	POLPA DE FRUTA GRAVIOLA	KG	800	R\$ 9,50
32	POLPA DE FRUTA ACEROLA	KG	2.000	R\$ 7,51
33	POLPA DE FRUTA GOIABA	KG	2.000	R\$ 8,66
34	POLPA DE FRUTA MANGA	KG	2.000	R\$ 8,90
35	POLPA DE FRUTA MARACUJÁ	KG	500	R\$ 9,50
36	QUIABO	KG	2.000	R\$ 3,00
37	REPOLHO	KG	2.200	R\$ 3,00
38	TANGERINA	KG	2.500	R\$ 4,00
39	TAPIOCA	KG	1.400	R\$ 6,00
40	TEMPERO VERDE SORTIDO	MO	400	R\$ 2,00
41	TOMATE	KG	5.500	R\$ 4,00
42	TEMPERO PRONTO NATURAL	UND	1.000	R\$ 3,00

III - Convocar a COOAMA- COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO JQUIRIÇÁ, conforme fixado no item 6. do Edital, apresentar as amostras dos produtos indicadas no quadro abaixo, no prazo de 02 (dois) dias, no Departamento de Alimentação Escolar, situada na **Av. Abelardo Veloso, nº 317, Centro, Amargosa-BA** - Amargosa (Almoxarifado Central da Merenda Escolar), até as 14h00min do segundo dia após a publicação do Resultado na Imprensa Oficial, para avaliação e seleção dos produtos a serem as quais deverão ser submetidas a testes necessários, imediatamente após a fase de habilitação.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000
Tel.: (75) 3634-3977

Nº	Produto
4	Aipim
9	Beiju
14	Corante
19	Farinha de mandioca
31 a 35	Polpa de fruta
39	Tapioca
42	Tempero Pronto

Amargosa, 07 de abril de 2021.

CARLA SOUZA OLIVEIRA
Presidente

LUCAS SALES LEANDRO ROSSI
Membro

CAIO MOURA LOMANTO
Membro

ÓRGÃO/SETOR: SEMOP - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E PLANEJAMENTO

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO | EDITAL (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021) *



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021 - RETIFICADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4.589/2021

O **Município de Amargosa**, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002**, **Decreto nº 10.024 / 2019** do **Decreto Municipal nº 046/2019**, da **Lei Complementar n.º 123/2006** e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste Edital. Pregoeira designada para condução do certame: **Carla Souza Oliveira**, Decreto nº 038, de 2020.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 19/04/2021

HORÁRIO: 15h00min (Horário de Brasília)

LOCAL: www.licitacoes-e.com.br

Nº Licitação: 865392

I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para realizar o gerenciamento do sistema do trânsito no município de Amargosa, de acordo com as especificações e os detalhamentos consignados no Termo de Referência- Anexo I.

II - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2021 na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Serv. Públicos, Obras e Planejamento da Cidade
Projeto/ Atividade: 2076 – Manutenção das ações de trânsito e transporte

Elemento de despesa: 33904000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 00 – Recurso Ordinários

III - DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO

3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao Sistema de Licitações, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao

1



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

provedor do sistema ou a Prefeitura Municipal de Amargosa responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.3. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam previamente credenciados perante o sistema eletrônico de Licitações do Banco do Brasil, por meio do sítio www.licitacoes-e.com.br.

3.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- d) que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- e) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.5. Considerando tratar-se de contratação de serviços, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a **licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional**, que, por ventura venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

IV – DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4. A **licitante** deverá encaminhar concomitante com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

- 4.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor global** ofertado, já considerado e incluso todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 4.2. As propostas e os documentos de habilitação ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 4.3. Qualquer elemento que possa identificar à **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 4.4. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhada.
- 4.5. As propostas terão validade de 60 (sessenta dias), contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 4.6. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.licitacoes-e.com.br.
- 5.1. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.2. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7. Aberta a etapa competitiva, os licitantes com propostas classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.1. Quando for constatado o oferecimento de lances com variação insignificante, a Pregoeira poderá fixar valor mínimo, em reais, não superior a 0,01% do valor estimado da contratação, a ser admitido como variação entre um lance e outro.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

7.3. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.4. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.

7.5. Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

VIII – DO MODO DE DISPUTA

8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **aberto e fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

8.1. Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.2. Encerrado o prazo de dez minutos, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 8.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos 8.2 e 8.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.5. Na ausência de lance final e fechado classificado, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, a ordem crescente de vantajosidade.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

8.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

8.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. No caso de a desconexão da Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.licitacoes-e.com.br.

IX – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

b) não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da sub-condição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

d) a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

e) na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

f) Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 36 da Lei 8.666/93, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

g) Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

X - DA NEGOCIAÇÃO

10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

10.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo VII – Modelo de Proposta de Preços, no prazo de até 02 (duas) horas do encerramento da Sessão, por meio do sistema www.licitacoes-e.com.br.

11.1. A proposta de preços deverá conter os seguintes documentos:

a) Planilha de preços unitários e totais ofertados, conforme Anexo VII;

b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Anexo VI.

11.2. A licitante que deixar de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.3. A Pregoeira examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.4. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Amargosa ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.5. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.6. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

11.7. A Pregoeira poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Amargosa.

11.8. Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

11.9. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

11.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; estudos setoriais;
- j) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;
- m) demais verificações que por ventura se fizerem necessárias.

7



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

11.11. O não atendimento à solicitação da Pregoeira no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

11.12. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pela Pregoeira.

XII - DA HABILITAÇÃO

12. A habilitação das licitantes será verificada por meio da documentação especificada neste Edital.

12.1. As licitantes que não atenderem às exigências de habilitação deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.2. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso a alteração social consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado das alterações, se houver, devidamente registrados ou a consolidação respectiva e de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.3. A Regularidade Fiscal e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade conjunta junto à Fazenda Federal, **abrangendo inclusive as contribuições sociais**, de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02/10/2014;
- d) prova de regularidade para com a Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF.

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

OBS. As CND da Receita Federal e do INSS deverá observar as condições descritas na Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014, quanto a sua unificação.

12.4. A Qualificação Econômica Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Concordata e Falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço de abertura e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

1.2. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

1.2.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

1.2.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

2. O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

3. A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor cumulativo de todos os contratos a serem celebrados pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

4. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.5. A Qualificação Técnica será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que aponte sua experiência para a realização dos serviços descritos neste Termo de Referência;

b) Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o Modelo anexo a este edital;

12.6. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e ao inciso XVIII do art.78 da Lei nº. 8.666/93, através da apresentação de declaração que comprove a inexistência de menor no quadro da empresa conforme Modelo do Anexo IV.

12.7. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

12.8. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.9. A Pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

12.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

12.11. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Prefeitura Municipal de Amargosa, Setor de Licitações, Praça da Bandeira, s/nº, 1º Andar, Centro, Prédio da Previdência Social, Amargosa, Bahia, no prazo de até 03 (três) dias úteis.

12.12. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.13. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará a Pregoeira convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.14. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

XIII – DO RECURSO

13. Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.2. A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.4. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, aplicado subsidiariamente conforme preceitua o art. 9º da lei federal nº 10.520/02, fica a vista dos autos do Processo Administrativo correspondente a este Pregão Eletrônico franqueada aos interessados.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

13.5. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

13.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14. O objeto deste Pregão será adjudicado pela Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

13.1. A homologação deste Pregão compete ao Prefeito do Município de Amargosa.

14.2. O objeto deste Pregão será adjudicado às licitantes vencedoras dos respectivos lotes em disputa.

XV – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de até 03 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

15.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Amargosa.

15.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

15.4. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.

XVI – DAS SANÇÕES

16. A **licitante** será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com o Município de Amargosa e será descredenciada no cadastro de fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

a) cometer fraude fiscal;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não manter a proposta.

16.1. Para os fins do item 17, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º da lei federal nº 10.520/02.

XVII – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes@amargosa.ba.gov.br, até as 17 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

17.1. A Pregoeira, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados a Pregoeira até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico: licitacoes@amargosa.ba.gov.br.

18.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

XVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

18. O Prefeito Municipal de Amargosa compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

18.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

18.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

18.3. É facultado a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

18.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.5. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

18.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

18.7. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

18.8. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Amargosa, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei n.º 10.520/2002.

SEÇÃO XIX – DOS ANEXOS

19. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO IV –MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VIII -MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

XX. DO FORO

20. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Amargosa, Comarca de Amargosa, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.1. Os casos omissos serão dirimidos pela Pregoeira, com observância da legislação em vigor, em especial as Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520/2002.

Amargosa- BA, 07 de abril de 2021.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000
Tel.: 75-3634-3977

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para realizar o gerenciamento do sistema do trânsito no município de Amargosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital.

2. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO

2.1. A Prefeitura municipal de Amargosa, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Obras e Planejamento da Cidade - SEMOP, visando manter a organização da estrutura viária urbana do município de Amargosa e regulamentação do trânsito da cidade, demonstram a necessidade de realizar a contratação de uma empresa especializada para realizar o gerenciamento do sistema de trânsito no município de acordo com a legislação vigente.

3. ESPECIFICAÇÕES

3.1. Os quantitativos estimados a serem contratados são os adiante discriminados:

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO
1.0	FISCALIZAÇÃO			
1.1	Talonário eletrônico/PalmersConjObs.: Serão utilizados 4 talonários por mês.	MÊS	12	R\$ 2.000,00
2.0	SUPORTE E FISCALIZAÇÃO			
2.1	Sistema para processamento de autos de infração de trânsito, apoio a Jari, suporte e treinamento aos usuários, emissão, impressão e envelopamento de notificações de trânsito.	MÊS	12	R\$ 4.000,00

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. SISTEMA DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

Os sistemas deverão atender a todos os requisitos do CTB – Código de Trânsito Brasileiro, a Resolução nº 149/03 do CONTRAN e legislações complementares.

4.1.1. Atividades de Processamento e Gerenciamento de Multas de Trânsito

- Triagem / Seleção / Validação e Montagem dos lotes de infrações para processamento (talão manual, talonário eletrônico e equipamentos de fiscalização eletrônica)
- Conferência / Validação
- Confirmação da Notificação
- Impressão e envelopamento
- Envio das notificações para o Órgão de Trânsito.
- Manutenção das movimentações de Notificação (Defesas da Autuação, Recursos, Real Infrator, Pagamentos, Cancelamentos, etc)
- Emissão de Segunda Via
- Atendimento ao Público
- Interface com o Órgão de Trânsito, Bancos e Correios de acordo com o previsto nos contratos firmados pelo município. As despesas decorrentes de contratos com DETRAN, banco e correios correrão por conta da Prefeitura Municipal de Santo Amaro.
- Permitir todo o gerenciamento de Defesa da Autuação sendo: interposição de defesa, acolhimento de defesa, não acolhimento de defesa emitindo protocolos, pareceres de julgamento, carta aos recorrentes, etc.
- Permitir todo o gerenciamento de Recursos da JARI e CETRAN BA sendo: interposição de recursos, deferimento e indeferimento, emissão de protocolos, pareceres de julgamento, controle de atas, publicação de editais, carta aos recorrentes, etc.
- Permitir protocolo de transferência de pontuação.
- Emitir relatórios gerenciais tais como: financeiros, defesa da autuação, recursos, autuação e penalidades emitidas, controle de postagem dos correios, movimento diário de atendimento ao público, editais de publicação, efeito suspensivo, histórico de infrações, etc
- Permitir pesquisa por AIT, placa, nº de protocolo, nº de processamento.
- Permitir controle de níveis de usuário e registrar logs em todas as movimentações.
- Controlar numeração sequencial de autos de infração por agente.
- Permitir controle do FUNSET

4.1.2 - Características Gerais da Prestação dos Serviços

a) Fornecimento de Sistema Fornecer sistema informatizado, perfeitamente adaptado às exigências do DETRAN do estado a que o município esteja vinculado, permitindo o início de operação em um prazo máximo de 30 (trinta) dias.

O sistema deverá atender a todas as exigências do Código de Trânsito Brasileiro CTB e ser adaptado a qualquer nova regulamentação a ser efetuada pelos órgãos de Trânsito Brasileiro, ou seja:



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

O sistema de processamento de multas deverá atender integralmente as disposições contidas nos termos dos incisos VI, VII e VIII do Artigo 24 do Código de Trânsito Brasileiro, e das demais disposições legais. Assim que assinado o contrato de prestação de serviços, o sistema deverá estar apto a começar ostestes de homologação a ser realizado pelo DETRAN – BA.

b) Suporte e Treinamento

Efetuar o suporte às dúvidas e necessidades assim como o treinamento de todos os funcionários definidos pelo órgão de trânsito municipal na operação e consultas ao sistema.

A contratada deverá disponibilizar técnico in loco para suporte permanente, realizar cópias de segurança (backups diários) e comunicação com a equipe de desenvolvimento para solução de dúvidas e problemas bem como para o atendimento a solicitações específicas do município.

Quando da rescisão ou do término do contrato a contratada deverá colaborar na integração do sistema e manter completo sigilo sobre os dados, informações e detalhes obtidos do banco de dados do município.

Ao longo do período contratual poderão ser solicitadas novas atualizações do sistema, incluindo adequações de relatórios gerenciais.

c) Impressão das Notificações

A impressão das notificações (NAI – Aviso de infração e NIP – Imposição da penalidade), em formato de correspondência envelopada, ficará a cargo da empresa prestadora do serviço, que também se responsabilizará com a entrega dessas notificações no órgão de trânsito municipal para que este efetue a postagem nos correios.

4.2 SISTEMA TALONÁRIO ELETRÔNICO

O sistema Talonário Eletrônico deverá atender integralmente o disposto nas Portarias nº 59/07, 141/10 e 1279/10 do CONTRAN.

O sistema deverá disponibilizar:

GRÁFICOS ESTATÍSTICOS

- ☉ Auto de Infração lavrados por Agente;
- ☉ Auto de Infração lavrados por Hora;
- ☉ Auto de Infração lavrados por Dia;
- ☉ Auto de Infração lavrados por Semana;
- ☉ Auto de Infração lavrados por Palm;
- ☉ Auto de Infração lavrados por Código da Infração e desdobramento;
- ☉ Auto de Infração lavrados por Local.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

RELATÓRIOS

- Relatório de Veículos mais autuados;
- Relatório de status de Talão eletrônico (quantidade de faixas disponibilizadas);
- Relatório por turno (manhã, tarde e noite) de acordo com a necessidade do Órgão;
- Relatório de Auto de Infração por Local;
- Relatório de Auto de Infração por Bairro;
- Relatórios de Auto de Infração por Agentes;
- Relatórios de Auto de Infração por tipo de Agentes (Estadual, Municipal)
- Relatórios de Auto de Infração por competência (Estadual, Municipal, misto);
- Relatórios de Auto de Infração por motivo de cancelamento

O Sistema deverá permitir geração de outros gráficos e relatórios não mencionados para atendimento das necessidades do Órgão.

Requisitos Técnicos do Hardware de Talonário Eletrônico

- a) Sistema Operacional Windows Mobile ou Android;
- b) Mínimo de 128 de RAM ou superior;
- c) Deverá possuir câmera fotográfica com no mínimo 1.3 mega pixel ou superior;
- d) Comunicação via GPRS, 3G ou Wireless;
- e) Deverá ter seu peso variando de 100g a 300g;
- f) Deverá ser TouchScreen;
- g) Possuir tecnologia sem fio Bluetooth 2.0;
- h) GPS integrado;
- i) Processador mínimo de 400Mhz;

Requisitos técnicos do Hardware da Impressora:

- a) Deverá realizar impressão térmica de modo a não fazer uso de tinta;
- b) A impressão dos dados do Auto de Infração deverá ser feita em tempo real, por meio de conexão Bluetooth, Wireless, conectado por meio de cabo com a impressora ou sendo a impressora parte integrante do equipamento;

No conjunto deverão estar inclusos:

- Aparelhos Smartphone;
- Pacote de dados e de voz (todos os palm's devem falar entre si de modo gratuito);
- Serviço de foto e vídeo de forma a fundamentar melhor a fé pública dos agentes;
- Aparelho com Hardware e Software de GPS integrado;
- Internet ilimitada (com acessos controlados);
- Impressoras térmicas portáteis com bluetooth;
- Back Office (sistema de retaguarda);
- Suporte técnico (via email e telefone);



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

Serviços

- ⊗ A CONTRATADA será responsável pela manutenção técnica do sistema, inclusive para fins de adequação a eventuais mudanças de legislação e normas internas do Município.
- ⊗ Os equipamentos levados para reparo nas oficinas do fabricante, ou autorizadas, deverão ser devolvidos em perfeitas condições de funcionamento, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, ou substituídos.
- ⊗ Todos os reparos efetuados, dentro ou fora do período de garantia, não deverão acarretar nenhum ônus para o Município.
- ⊗ A critério do Município, os equipamentos que sofrerem reparos poderão ser submetidos a novos testes de aceitação.
- ⊗ O Município será responsável pela integridade e guarda dos Módulos Portáteis (talão eletrônico) fornecidos pela CONTRATADA e operados pelos seus agentes de trânsito. Os custos decorrentes da substituição ou recuperação de equipamentos extraviados, perdidos ou danificados serão ressarcidos pelo Município à CONTRATADA, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, e incluídos na primeira medição após a sua apresentação. Os custos decorrentes da manutenção preventiva ou decorrente do desgaste normal de uso serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá realizar treinamentos, sempre que necessários, a ser aprovada pela CONTRATANTE, contendo aulas teóricas e práticas.

4.3. ATESTADO DE COMPROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

Visando à comprovação das exigências contidas no edital e seus anexos, elencados ao item 5.3.1 da Proposta de Preços, em até 03 (três) dias posteriores à realização do certame, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, deverá apresentar amostra das funcionalidades dos sistemas e equipamentos conforme abaixo:

- ⊗ Fornecer um microcomputador, contendo o sistema para registro de autos de infração, os softwares de processamento e gerenciamento de infrações e o software para análise de acidentes de trânsito. A licitante deverá preparar todos os exemplos necessários à demonstração, podendo utilizar-se de banco de dados próprio, não sendo permitido no decorrer do processo de demonstração, a agregação de módulos ou partes de programas não constantes do conjunto entregue.
- ⊗ Para os equipamentos Talonários Eletrônicos a licitante deverá fornecer o equipamento e impressora portátil para amostra. Para o talonário eletrônico, a licitante deverá ainda apresentar a portaria de homologação do sistema junto ao DENATRAN.

Para agendamento da demonstração, a licitante deverá entrar em contato com o Coordenador Geral de Trânsito pelo telefone (75) 3634-3977 e falar com o Sr. José Raimundo Sales da Silva.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

5. TREINAMENTO DOS AGENTES DE TRÂNSITO

a) o objetivo do treinamento é capacitar, tecnicamente, agentes de trânsito na operação dos Módulos Portáteis (Talonário Eletrônico).

b) a CONTRATADA deverá apresentar um cronograma e conteúdo programático de todo o treinamento, a ser aprovada pela CONTRATANTE, contendo aulas teóricas e práticas.

Os treinamentos deverão ser constituídos da seguinte forma:

a) realizados nas dependências da contratante e ministrados em Português

b) para cada fase do treinamento, deverão ser disponibilizados manuais necessários ao acompanhamento pelos agentes. Os respectivos manuais deverão ter aprovação prévia da CONTRATANTE; Carga horária diária máxima de 6 (seis) horas; Prazo máximo de 30 dias.

c) o número de agentes a serem capacitados por treinamento será de no máximo 30 (trinta).

7. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1.O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE e por manifestação das partes, por iguais e sucessivos períodos conforme estabelecido no Art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

6.2 O contrato poderá ser alterado nas seguintes situações:

6.2.1 Quando da necessidade de modificação do valor do contrato em decorrência do acréscimo ou diminuição do seu objeto, respeitando os limites permitidos pela Lei 8.666/93, nas mesmas condições deste termo de referência, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo as supressões acima desse limite será resultante de acordo entre as partes.

6.2.2 Quando da prorrogação do contrato, os valores dos serviços serão reajustado pelo IGP-M ou outro índice que vier a substituí-lo e poderá ser permitida a repactuação e revisão de preços visando adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, com a demonstração analítica da variação.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 A qualificação técnica será comprovada através dos seguintes documentos:

7.1.1. Apresentar comprovação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando a experiência do licitante com o objeto licitado.

8. DO PAGAMENTO



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

8.1 O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pelo município de Amargosa 30 (trinta) dias corridos após o mês da prestação de serviço, através de transferência bancária em nome da proponente, mediante apresentação de Nota Fiscal e certidões legais (municipal, estadual, federal, trabalhista e FGTS).

8.2 Não serão alvo de pagamento os serviços prestados em desacordo com o presente Termo de Referência.

9. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS

9.1 O valor estimado da contratação foi apurado em pesquisas de preços no mercado regional, pela SEMOP.

9.2 Este termo de referência foi elaborado pela SEMOP através da servidora Osana da Silva Leal dos Santos.



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000
Tel.: 75-3634-3977

**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO N.º _____ /2021 QUE
ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE AMARGOSA E A EMPRESA _____
PARA REALIZAR O GERENCIAMENTO DO
SISTEMA DO TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE
AMARGOSA.**

A Prefeitura Municipal de Amargosa-BA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Lourival Monte, s/nº Centro, Amargosa - Bahia, inscrito no CNPJ Nº 13.825.484/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. JÚLIO PINHEIRO SANTOS JÚNIOR, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade nº.e inscrita no CPF nº.doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a Empresa CNPJ nº., situada à, neste ato representado na forma do seu Contrato Social, pelo Sr., portador de RG nº. SSP/UF, inscrito no CPF sob o nº, aqui denominada CONTRATADA, com base no **Pregão Eletrônico nº 021/2021**, e disposições da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste ato, resolvem celebrar o presente Contrato prestação de serviços, instruído no Processo Administrativo nº4.589/2021, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem como objeto contratação de empresa especializada para realizar o gerenciamento do sistema do trânsito no município de Amargosa, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total estimado deste contrato é de R\$ ____ (____), descrito na proposta final de preço realinhada.

2.2. Por se tratar de mera estimativa de gastos, o valor acima não se constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para a Prefeitura Municipal, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal, sem que isso justifique qualquer indenização ao CONTRATADO.

2.3. São partes integrantes deste contrato o edital, o termo de referência do Pregão Eletrônico de nº 012/2021 e cópia da proposta apresentada pela Contratada como se aqui estivessem transcritos.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta do orçamento vigente conforme segue:

Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Serv. Públicos, Obras e Planejamento da Cidade;

Projeto/ Atividade: 2076 – Manutenção das ações de trânsito e transporte

Elemento de despesa: 33904000 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

Fonte de Recurso: 00 – Recurso Ordinários

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do Contrato será de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de assinatura, podendo por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.

4.2. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

4.2.1. Os serviços foram prestados regularmente;

4.2.2. O CONTRATADO não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;

4.2.3. A Administração ainda tenha interesse na realização do serviço;

4.2.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

4.2.5. O CONTRATADO concorde com a prorrogação.

4.3. A Contratada não tem direito **subjetivo** à prorrogação contratual.

4.4. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.

4.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

I) A Contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, enquanto perdurarem os efeitos;

II) Para tanto, a Contratante consultará o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), em

24



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

nome da empresa contratada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

III) A Contratada não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IV) A Contratada não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

V) A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1. Os serviços serão iniciados mediante o fornecimento de Ordem de Serviço objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO

6.1. Constituem obrigações da contratada, além de outras decorrentes da legislação vigente:

- a) Executar os serviços conforme especificações da documentação técnica e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, imediatamente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- c) Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, devidamente dimensionados para os serviços;
- d) Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá utilizar pessoal especializado, respondendo pela oferta de equipamentos necessários para execução dos trabalhos.
- e) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais, morais e ambientais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros.
- f) Responsabilizar-se pela apresentação de laudos de descarte e outros documentos necessários aos serviços;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- i) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- j) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;

l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Durante a vigência deste contrato, a prestação do serviço será fiscalizada e acompanhada por funcionário designado pela SEMOP, ou por servidor devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

7.2. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

7.3 - A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

7.4. A verificação e veracidade dos serviços serão comprovadas com base em relatórios de execução assinadas pelo gestor do contrato e pelo responsável da SESAU.

7.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve ausência da entrega contratada, deverá comunicar o ocorrido à autoridade competente.

7.6. Em caso de falha ou omissão na prestação do serviço devidamente solicitado, responderá a contratada por todos os prejuízos suportados pelo município de Amargosa.

7.7. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, o funcionário responsável reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao Setor competente para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades;

7.8. O Município de Amargosa, através da SESAU reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

9.1.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do CONTRATADO, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

9.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993 e Decreto municipal nº 046/2019 e vincula-se ao Edital, Termo de Referência e anexos do Pregão Eletrônico nº 021/2021, bem como à proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura relativa à prestação de serviço realizada, em 02 (duas) vias, para fins de liquidação e pagamento, acompanhada, quando solicitado pelo CONTRATANTE, das seguintes comprovações:

- 11.1.1. regularidade junto ao INSS-CND;
- 11.1.2. regularidade junto ao FGTS-CRF;
- 11.1.3. regularidade junto ao TST-CNDT.
- 11.1.4. regularidade junto fazenda Municipal.
- 11.1.5. regularidade junto fazenda Estadual.

11.2. O pagamento será realizado pela Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Desenvolvimento Institucional, por intermédio da Tesouraria Municipal, através de crédito em conta, na Agência Bancária e conta corrente indicados pelo Contratado, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos, observadas as condições dos itens abaixo.

11.3. A Nota Fiscal deverá ser preenchida com dados do Órgão solicitante, a seguir indicados:

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA CNPJ/MF n.º 13.825.484/0001-50END: Praça Lourival Monte, s/nº Centro, Amargosa - Bahia CEP-45.300-000

DEVERÁ CONSTAR NA NOTA FISCAL/FATURA, O NÚMERO DA ORDEM DE SERVIÇOS E/ OU NOTA DE EMPENHO.

11.4. O prazo para pagamento será de o trigésimo dia após o mês da prestação de serviço, após a entrega definitiva dos serviços realizados, mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura correspondente aos serviços realizados, devidamente atestada pelo setor competente da Contratante.

11.5. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada bem como das certidões negativas de débitos legalmente exigíveis.

27



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

11.6. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.8. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade da Contratada nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

11.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.13. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.14. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso exista pendência quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, regularidade trabalhista e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (art. 29 c/c art. 55, XIII da lei 8.666/93).

11.15. O descumprimento, pelo CONTRATADO, do estabelecido no Item 11.3 desta cláusula, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

11.16. O CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste contrato.

11.17. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

11.18. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo

28



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Compete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 046, de 2019, a Licitante que, no decorrer da contratação:

13.1.1 Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.1.2 Apresentar documentação falsa;

13.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.4 Cometer fraude fiscal;

13.1.5 Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no Contrato;

13.1.6 Não manter a proposta.

13.1.7 Cometer falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

13.1.8 Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

13.1.9 Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

13.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2 Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

I - Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

II - As penalidades de multadecorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

I - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4. suspensão e licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Amargosa, com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

I - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II - As penalidades serão obrigatoriamente Publicadas no Site Oficial do Município.

13.8 - O atraso injustificado na execução do contrato ou sua inexecução total ou parcial sujeita o contratado às seguintes sanções:

I - multa de 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor atualizado do contrato, pelo atraso injustificado, de até 30 dias, na execução dos serviços contratados;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

II - multa de 5% (cinco por cento) ao dia, sobre o valor atualizado do contrato, pelo atraso superior a 30 dias ou pela inexecução total ou parcial do contrato.

III - As multas referidas no subitem anterior não impedem a aplicação concomitante de outras sanções previstas da Lei Federal nº 8.666/93, tais como:

a) advertência por escrito;

b) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Amargosa/BA pelo prazo de até dois anos. (Acórdão 2242/2013-Plenário, TC 019.276/2013-3 de 21/08/2013.);

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

d) rescisão contratual;

e) o valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da respectiva notificação, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

13.9 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

13.10. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.12 – Constituem motivos para a rescisão do contrato:

I. O não cumprimento ou cumprimento de forma irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;

II. A paralisação na prestação dos serviços, sem expressa autorização ou sem motivo aceito pela Administração;

III. A subcontratação total ou parcial do objeto do seu objeto;

IV. O desatendimento das determinações regulares da(s) autoridades(s) designada(s) para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

V. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas em registro próprio, após ampla defesa;

VI. A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

VII. A dissolução da sociedade ou falecimento do contrato;

VIII. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

13.113 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e demais alterações vigentes.

13.14 – A rescisão do contrato será efetivada nas formas do artigo 79º da Lei Federal nº 8.666/93 e demais alterações vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1. Fiscalizar a execução dos serviços e zelar pela boa qualidade, inclusive recebendo e apurando queixas e reclamações dos usuários.

14.2. Remunerar os serviços contratados na forma e nas condições pactuadas.

14.5. Proceder a análise e aprovação dos Planos de Trabalho e suas eventuais alterações.

14.6. Aplicar, quando for o caso, as penalidades previstas no Contrato, de acordo com as leis que regem a matéria.

14.7. Solicitar, a qualquer tempo, dados e informações referentes aos serviços, objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Amargosa/BA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Amargosa , de de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
JÚLIO PINHEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor]

CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

TESTEMUNHAS:

1.....CPF:.....

2.....CPF:.....



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

**ANEXO III
CREDENCIAMENTO**

O abaixo assinado, responsável legal pela empresa, _____ vem pela presente, informar a V. Sa. que o Sr. _____, carteira de identidade nº _____, é pessoa designada para representar nossa empresa na Licitação acima referida, na sessão de entrega, recebimento e abertura dos envelopes contendo documentos e proposta de preços, podendo examinar e rubricar documentos, assinar atas, apresentar impugnações e recursos, inclusive renúncia expressa a recurso.

Cidade-UF, ----- de ----- de 2021

Atenciosamente,
Assinatura do Responsável Legal
Nome legível, RG
Endereço
CNPJ



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR

Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei Federal nº 8.666/93, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

() nem menor de 16 anos.

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, de (mês) de 20__.

Razão Social

CNPJ

(nome, carimbo e assinado representante legal da empresa).



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO**

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, DECLARA, sob as penas da Lei Federal, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Por ser verdade, firma a presente.

Cidade-UF, de de

(Representante legal da licitante- CPF)

Endereço:

CNPJ:



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000
Tel.: 75-3634-3977

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente Constituído de **(Identificação completa da licitante)**, doravante denominado licitante, declara, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021 foi elaborada de maneira independente pelo licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação, em epígrafe, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021, quanto a participar ou não a referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação, em referência, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021, antes da adjudicação do objeto da Mencionada licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Desenvolvimento Institucional, antes da abertura oficial das propostas;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cidade-UF, ____ de _____ de 2021.

Nome do Representante Legal da Empresa - CPF
Endereço:
CNPJ:



Estado da Bahia
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA
CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000
Tel.: 75-3634-3977

ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:	CHAVE PIX:	
OBJETO:	E-MAIL:	

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V.UNT.	V.TOTAL
1.0	FISCALIZAÇÃO				
1.1	Talonnário eletrônico/PalmersConj Obs.: Serão utilizados 4 talonnários por mês.	MÊS	12		
2.0	SUPORTE E FISCALIZAÇÃO				
2.1	Sistema para processamento de autos de infração de trânsito, apoio a Jari, suporte e treinamento aos usuários, emissão, impressão e envelopamento de notificações de trânsito.	MÊS	12		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 10.520/02, da Lei nº 8.666/93, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2021.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____
LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

ANEXO VIII



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

CNPJ 13.825.484/0001-50 - Praça Lourival Monte, S/N, Centro, Amargosa - Bahia, CEP 45.300-000

Tel.: 75-3634-3977

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E PLENO
CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. (Sra.)....., portador (a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declara para os fins da parte final do inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02, ter conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº. 123/06, declara:

- Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
- Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de microempresa e que não estamos incurso nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.
- Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de pequeno porte e que não estamos incurso nas vedações a que se reporta § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declaramos:

para os efeitos do Inciso VII do Art. 4º da Lei 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 7º do mesmo diploma.

para os efeitos do § 1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, haver restrição na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal 8.666/93, especialmente a definida no artigo 81.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ÓRGÃO/SETOR: SESAU - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO (CONTRATO Nº 032/2021)



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 032/2021; PROCESSO ADMINISTRATIVO 3.982/2021; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 872/2021; FUNDAMENTO LEGAL: LICITAÇÃO INEXIGÍVEL, INCISO II, ART. 25, COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.93 RATIFICAÇÃO EM: 24/03/2021 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AMARGOSA, CONTRATADO: JUAREZ COUTO DOS SANTOS (CPF: 014.049.765-07), OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA AV DR ALOÍSIO BORGES, Nº 140, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO (O IMÓVEL HORA LOCADO DESTINA-SE A ABRIGAR O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE SAÚDE E CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO DESTA MUNICÍPIO). VALOR: R\$ 2.100,00 MENSAL. VIGÊNCIA: 12 MESES, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01, PROJETO/ATIVIDADE: 2.036, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00 DATA DA ASSINATURA: 26/03/2021. PELO CONTRATANTE: JULIO PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL, ROSANGELA OLIVEIRA SANTOS DE ALMEIDA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PELA CONTRATADA: JUAREZ COUTO DOS SANTOS.

EXTRATO (CONTRATO Nº 034/2021)



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARGOSA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 034/2021; PROCESSO ADMINISTRATIVO 4.508/2021; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 874/2021; FUNDAMENTO LEGAL: LICITAÇÃO INEXIGÍVEL, INCISO II, ART. 25, COM AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 8.666, DE 21.06.93 RATIFICAÇÃO EM: 24/03/2021 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AMARGOSA, CONTRATADA: LEONICE PASSOS DE ALMEIDA, CPF: 184.388.815-72, OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NA AVENIDA ABELARDO VELOSO, Nº 43, NO BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO, (O IMÓVEL HORA LOCADO DESTINA-SE A ABRIGAR A SEDE DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL - CAPS. VALOR: R\$ 1.800,00 MENSALIS. VIGÊNCIA: 12 MESES, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01, PROJETO/ATIVIDADE: 2.043, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00 DATA DA ASSINATURA: 30/03/2021. PELO CONTRATANTE: JULIO PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR - PREFEITO MUNICIPAL, ROSANGELA OLIVEIRA SANTOS DE ALMEIDA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E PELA CONTRATADA: LEONICE PASSOS DE ALMEIDA.